FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE AVARÉ

Licenciatura em História

As heranças germânicas no Feudalismo

Geraldo Rosolen Junior

Avaré
2017

FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE AVARÉ

Licenciatura em História

As heranças germânicas no Feudalismo

Geraldo Rosolen Junior

Prof^a MSc. Dinamene Gomes Godinho Santos

**Trabalho apresentado como exigência parcial
para obtenção do grau de graduado em
licenciatura de História.**

**Avaré
2017**

GERALDO ROSOLEN JUNIOR

AS HERANÇAS GERMÂNICAS NO FEUDALISMO

COMISSÃO EXAMINADORA

Avaré, ____ de _____ de 2017.

Em memória de meu avô Carlindo Cavalcanti,
um imigrante nordestino que cativou a todos
por sua simplicidade, pela força que teve em
superar os obstáculos que a vida lhe impôs e
principalmente, pelo inestimável valor e amor
que este senhor atribuía a sua família.

Agradecimentos

“Família é a coisa mais importante na vida de um homem”, fora isto que ouvi toda minha vida até o presente momento, devo a minha família todo meu carinho e compaixão. Aos meus pais, que sempre reservaram um tempo para me ouvir falar e ler sobre algo que havia estudado, mesmo que por muito lhes fosse entediante e não entendessem, estes foram meus primeiros alunos, além disto, atribuo-lhes toda minha determinação e força de vontade para superar tudo quanto necessário, contudo, peço-lhes desculpa se algo faltou a vocês, saibam que sempre terão o meu amor. Em especial, a Maria Caroline, que estando sempre comigo, ajudou-me em tantos aspectos, quanto imagináveis, a alegria e o amor dispendidos por você fizeram com que todos estes sonhos fossem possíveis, você fora para mim como os ventos que sopram nas velas de um barco, que permitem esta jornada e o leva para rumos inesperados, encerro esta graduação ainda mais apaixonado por você do que quando entrei.

A minha orientadora Dinamene, por toda paciência que teve ao reler esta dissertação diversas vezes, inumeráveis, eu diria, peço desculpas se acabei empolgando-me demasiadamente e não parava de escrever. Entretanto, fora você que fez despertar-me a paixão pelo estudo da Idade Média, foi iminente decisiva não apenas no que tange a graduação, mas também em todo meu futuro enquanto pesquisador e fora da instituição, você fez com que esta pesquisa fosse envolvente e muito dinâmica, tenho a plena certeza que sem sua colaboração e sua motivação nada disto seria possível, além disso, obrigado por acreditar em meu potencial, devo-lhe tanto quanto jamais poderei escrever ou descrever, ter você acompanhando-me em toda graduação e nesta pesquisa foi excepcional, você é como uma mãe para mim.

Outra pessoa que tornou-se fundamental em minha formação foi o professor Antonio, recordo-me do primeiro dia de aula em que disse “a pergunta mais tola, é aquela que não é feita”, esta frase marcou não apenas minha formação, como minha vida, você foi o professor disparadamente mais exigente, mas também foi o professor que mais acreditou em todos, hoje posso ver que tais exigências foram as que levaram-me a crescer tanto, agradeço imensamente o senhor por nunca me deixar na “zona de conforto”, e sempre me instigar a ter tanta competência intelectual como o senhor. Além disto, sinto-me muito honrado em poder compartilhar alguns bons meses no estágio com você, e embora eu ouça com frequência sobre a tédio do estágio, vejo que minha experiência com o senhor fora imensamente distinta, não apenas por sua competência, mas também por sua dinâmica, pela forma como lida com tudo, como se impõe, cada segundo em sala foi um aprendizado que levarei comigo.

Em especial, gostaria de agradecer ao Adriano, pois fora para mim, muito mais que um professor, um amigo que despertou em mim a paixão pela docência e pela reflexão crítica, é uma pessoa pela qual tenho muito carinho, pois me instruiu e acompanhou-me desde o Ensino Médio até os últimos dias de minha graduação, foi um professor decisivo não apenas na minha formação, mas em minhas decisões, iluminando meus pensamentos e, os meus caminhos, obrigado.

Agradeço a Rosângela, nossa professora de LIBRAS, não por apenas ensinar uma nova língua, mas para além, pelas aulas e por seu carinho pela profissão que exerce foram extremamente marcantes para mim, hoje sei que jamais podemos nos tornar um intelectual sem a devida sensibilidade pelos alunos e pelo amor a profissão, muito obrigado.

Igualmente, devo agradecer a todos os professores que tive que marcaram minha formação das mais variadas formas, mas em especial ao Paulo por acompanhar nosso progresso desde o primeiro ano, e pela colaboração no meu desenvolvimento enquanto profissional, trazendo diversos palestrantes para debater conosco os mais variados temas, aproximando-me ainda mais do meio acadêmico, e ao Rafael que embora seja o professor mais recentemente que tomei contato, tenho muito carinho, sua juventude instigou-me e fora decisivo para que eu possa dar continuidade aos meus estudos posteriores a esta graduação, por tantas discussões riquíssimas (principalmente no que tange a Revolução Francesa), e sua dedicação pelos estudos foi iminentemente contagiosa, agradeço também por colaborar no desenvolvimento de um artigo, apresentando-me os devidos referenciais teóricos e pelas discussões que vieram a possibilitar seu desenvolvimento.

E falando na elaboração de um artigo, não poderia me esquecer do professor Marcelo, que imediatamente a meus questionamentos aceitou uma parceria em outro artigo, logo ao final do segundo ano, que alias tenho tanto orgulho em falar que foi desenvolvido com você, parecia que nossa análise estava em perfeita harmonia, devo muito a você, obrigado por também acreditar em mim.

Aos meus colegas sem quaisquer distinções, por compartilharem comigo maravilhosos momentos e aquilo que foi nossa graduação, bons momentos guardarei comigo, pelas discussões que foram desenvolvidas, pelos trabalhos em dupla ou grupo marcaram minhas lembranças, fazer fogo em sala foi uma delas, a todos por, de algum modo, colaborarem também no meu desenvolvimento, obrigado.

ROSOLEN JUNIOR, Geraldo. **As heranças germânicas no Feudalismo**, 2017. 45f. Monografia (Licenciatura de História) – Faculdades Integradas Regionais de Avaré, Avaré-SP, 2017.

RESUMO

Esta pesquisa surgiu na premissa de entender as características fundamentais do Feudalismo como heranças de uma antiga civilização, os germânicos, para tal, foram necessários desenvolver intensos estudos sobre as estruturas sócio-políticas dos germânicos para entender quais os aspectos permanecem ou modificam-se após o contato com o Império Romano e o cristianismo. Assim uma nova sociedade nasce e um novo período histórico toma forma ficando conhecido pela historiografia como Alta Idade Média, com uma dinâmica muito distinta dos períodos anteriores, pois vemos surgir um processo de proto-feudalização logo após a queda do Império Romano, mas que é impedido de desenvolver-se plenamente pela centralização do Império Franco, mas que vimos surgir alguns séculos mais tarde, o Feudalismo. Assim, nesta pesquisa o modo-de-produção feudal fora cuidadosamente dissecado para descobrir se há ou não características intrínsecas das sociedades que habitaram o leste do Reno e o norte do Danúbio.

Palavras-chave: Alta Idade Média; Germânicos; Bárbaros; Feudalismo.

Sumário

1. Introdução	8
2. Germânicos, os não bárbaros	10
2.1. Os aspectos políticos.	13
2.2. As relações entre germânicos e romanos	14
2.3. O estereótipo da violência na sociedade germânica	17
3. As raízes do processo de proto-feudalização europeu	23
4. A Igreja Católica como Estado Soberano	31
5. A consolidação do modo-de-produção feudal	33
6. As heranças germânicas no Feudalismo	39
7. Conclusão	43
8. Referência bibliográfica	44

1. Introdução

Abraão pergunta ao Senhor se, no caso de encontrar cinquenta justos na cidade, a pouparia por causa deles, ou se, pelo contrário com eles a destruiria. Respondeu-lhe o Senhor que, se encontrasse na cidade cinquenta justos, pouparia a cidade. Insistiu de novo Abraão na mesma pergunta, a saber, se acaso fossem menos cinco e restassem quarenta e cinco, do mesmo modo pouparia a cidade. E Deus respondeu que a pouparia por causa desses quarenta e cinco. [...] Insistindo sempre na mesma pergunta e diminuindo aos poucos aquele número, lá acabou por chegar a dez e perguntou ao Senhor: se se encontrassem dez justos na cidade, deitá-los-ia a perder juntamente com os restantes inúmeros maus ou, pelo contrário, pouparia antes a cidade por causa desses dez justos? E Deus respondeu de novo que por causa de dez justos não deitaria a perder a cidade. (AGOSTINHO, 2013, p.42)

Em “O *De excidio Urbis*” e outros sermões sobre a queda de Roma”, escrito por Santo Agostinho durante as “invasões bárbaras”, o autor nos remete, em um de seus tópicos, a pensar na queda de Roma com verossimilhança à destruição de Sodoma. Assim teria ocorrido ambas porque “Não haveria em Roma cinquenta justos? Em tão grande número de fiéis, de pessoas consagradas, de tantos que vivem em continência, em tão grande número de servos e servas de Deus”. (AGOSTINHO, 2013, p.43) Este era o pensamento mais divulgado pelos clérigos do período, colocando em prova a fé cristã, mas veio de encontro a estas perguntas, este homem, que não por acaso, sagrou-se como Santo da Igreja, e reergueu a fé crista no Ocidente: Agostinho.

Para ele não houve a ruína do Império Romano, mas a transformação do mundo como ele era conhecido. Comparar a queda de Roma a Sodoma para Agostinho era exagero, relata ele que em Sodoma nada sobrou, e quanto a queda do Império do Ocidente, muitos livraram-se da ira dos conquistadores, a destruição deste não resultou em aniquilação total das populações, tão pouco da cristandade que ali estivera, a sobrevivência da Igreja e das populações, para ele representava a transformação do mundo dos homens, pois Santo Agostinho entende que Deus “[...] procura os justos segundo a lei divina e não segundo a lei humana.” (AGOSTINHO, 2013, p.43) Atribuindo assim, a esse advento, uma característica puramente humana: a queda de Roma era resultado da própria ação dos homens.

De Sodoma não restou absolutamente nada. Não ficou um só animal do rebanho, um só homem, uma só casa. Tudo o fogo consumiu por inteiro. Eis de que modo Deus destruiu a cidade.

Da cidade de Roma, porém, quantos fugiram e hão de voltar, quantos ficaram e se salvaram, quantos, nos lugares sagrados, não foram atingidos! “Mas — dir-me-ão — muitos foram levados como cativos”. Também Daniel, não para seu castigo mas para consolação dos outros. “Mas muitos — dirão ainda — foram mortos.” Também muitos justos profetas desde o sangue do justo Abel até ao de Zacarias. E também os apóstolos, e o próprio senhor dos profetas e dos apóstolos, Jesus. “Mas muitos —

dirão — foram atormentados por toda a sorte de aflições”. Imaginamos porventura que o foram tanto quanto o próprio Job? (AGOSTINHO, 2013, p.44)

Se as analogias entre Sodoma e Roma falharam e mesmo foram consideradas demasiadamente exageradas por Santo Agostinho, que destaca a transformação e não aniquilação de Roma poder-se-ia entender que haveria heranças no período posterior a queda do Império Romano? E no período mais longínquo a queda, como o Feudalismo, restara alguma herança das sociedades germânicas, outrora invasoras, ou foram todas consumidas pelas transformações do tempo?

Fora através desta mentalidade e de tais questionamentos que pudera constituir-se esta pesquisa. Para isso, fora necessário estudar três períodos distintos, sendo que, o primeiro período diz respeito a como os germânicos se relacionavam, em seus aspectos sócio-políticos, tanto na sua estrutura interna, como nos relacionamentos dessas mesmas estruturas com o Império Romano anterior às invasões bárbaras dos séculos IV e V. Para realizar este estudo, utilizou-se de dois autores principais, Guerras (1987) e Giordani (1970).

A discussão inicial desta pesquisa fora desenvolvida através da concepção de barbárie, que alguns autores positivistas reproduziram com a mesma conotação de difamação cultural disseminada pelo Império Romano. Para contrapor-se a isto, fora utilizado da compreensão antropológica delineada por Santos (1989) que entende as manifestações culturais como um agente civilizador. O terror espalhado pelos “bárbaros” recebeu igual atenção, pois permitiu entender as formas do pensar no germânico, a conotação recebida durante as invasões e sua inerente ameaça às esferas dos poderes políticos romanos, que veio apenas a aumentar sua fama impetuosa e sua paixão pela guerra.

O segundo período, identificado como fundamental nesta pesquisa, fora aquilo que delineou-se como proto-feudalismo, compreendido pelo momento que inicia-se nos movimentos migratórios que aniquilaram o Império Romano até a demasiada centralização do Império Franco com Carlos Magno¹, ou seja, é o período entre a queda de um Império e a estruturação de outro, já que entende-se que a centralização do Império de Carlos Magno interrompeu a constituição definitiva do Feudalismo, embora deva alertar aos leitores que este império não foi estudado aqui, pois o objetivo central evidenciava-se por descobrir as marcas e heranças cunhadas pelos germânicos no Feudalismo.

¹ Rei e Imperador dos Francos, sendo que seu título de imperador foi concedido em 800 até 814. (MELLO, 1990)

Demasiada importância teve este período entre impérios na Europa para esta pesquisa. Sobre esse tema, tomei contato apenas com os estudos que deveriam limitar-me a identificar feições e estruturas da sociedade germânica, mas que me levaram a identificar um primeiro surgimento do Feudalismo na Europa, logicamente que com algumas especificidades do período, mas que se tornou bastante importante por elucidar que após o declínio do Império Carolíngio, o Feudalismo não surge do nada, como um novo modo de relacionarem ou produzirem, mas sim retorna às suas condições originais, nas quais a sociedade europeia encontrava-se antes desta centralização imperial. Utilizou-se para isto, das premissas apresentadas por Macedo (2006) e Le Goff (2005) (2007), que ao relacionarem-se com outros autores como Banniard (1980) e Giordani (1970), permitiram que tais aspectos fossem conclusivos.

A identificação de um Estado entre os germânicos, também é aqui problematizada, devido a grande divergência entre os autores que tomei contato, Friedrich Engels (1984) está aqui referido como ponto central dessa discussão, que ao contrapor-se a Max Weber (1982) gerou grande problematização nesta pesquisa.

O terceiro período compreende o estudo do Feudalismo e, como este modo de produção tende a se consolidar. A maior atenção para este período fora direcionada para as estruturas sócio-políticas, embora também se analise o delineamento econômico deste mesmo período. Estudos principalmente direcionados pelas percepções de Franco Junior (1991) e Mello (1990).

Ao final deste trabalho, após o levantamento das conjunturas sócio-políticas das sociedades germânicas anteriores e posteriores às invasões bárbaras, assim como do Feudalismo, fora desenvolvido uma análise conceitual e temporal, que viesse a compará-las e, contrapor umas sobre as outras, para delimitar as constantes manifestações das estruturas germânicas no Feudalismo, principal objetivo desta pesquisa.

2. Germânicos, os não bárbaros

Todos os povos que residiam para além das fronteiras do Império Romano eram chamados pelos romanos de “bárbaros”. Com os germanos não foi diferente, fato que colaborou para que a historiografia os reconhecesse e os titulassem como bárbaros. Ao propor tal nomenclatura, os romanos acreditavam ser o povo mais evoluído politicamente e culturalmente, além de definirem-se como hegemônicos em seu poderio militar. Eram os

únicos considerados civilizados em todo o mundo conhecido. Sendo assim, ao se adotar a nomenclatura “bárbaros”, se está sendo, tanto, ou mais etnocêntricos que os próprios romanos, que não levavam em consideração o desenvolvimento das sociedades além de suas fronteiras. Partindo dessa premissa, esta pesquisa utilizará, daqui por diante, o termo “Germânicos” ao se referir aos povos que adentraram o Império Romano a partir do século V.

O Império Romano teve seus primeiros contatos com os povos germânicos a partir de explorações comerciais em busca de minérios. A característica destes povos que mais chamou atenção dos exploradores foi a constituição de laços familiares muito fortes entre eles, tão importantes a ponto de definir sua condição de homem livre. Por isso, os romanos atribuíram a estes povos o termo “*Germani*”, que procede do latim e indica “aqueles que são ligados por sangue”, tal atribuição tinha por objetivo distinguir os germânicos dos outros “bárbaros”, de maneira que pudesse facilitar o entendimento comercial e geográfico, aglomerando assim, todas as tribos situadas ao norte do rio Danúbio e ao leste do rio Reno, considerando apenas uma de suas características sem avaliar as especificidades de cada uma. (GIORDANI, 1970)

Portanto, a barbárie proposta pelos romanos, se dá em dois campos distintos, o primeiro faz-se por não pertencerem aos domínios do Império e por estarem além de suas fronteiras, o segundo se dá na própria visão proposta pelos romanos, ao observarem um povo muito ligado às relações familiares, acreditavam que sua organização estava limitada a pequenas comunidades, em consequência disso, os romanos supunham que os germânicos não tivessem qualquer produção cultural. (GUERRAS, 1987)

Para além desta concepção, os germânicos estavam organizados em diversas comunidades familiares, das quais as circunstâncias de ter e fazer uso da propriedade privada e da liberdade estava condicionado à sua condição de nascimento e linhagem sanguínea, gerando assim uma sociedade estamental - a condição social define seus direitos e deveres - e sem qualquer mobilidade social. Os patriarcas destas famílias estavam socialmente acima dos outros homens, pois definiam a liderança e tinham veto absoluto sobre as decisões de sua família.

As designações "pai", "filho", "irmão", "irmã", não são simples títulos honoríficos, mas, ao contrário, implicam em sérios deveres recíprocos, perfeitamente definidos, e cujo conjunto forma uma parte essencial do regime social desses povos. (ENGELS, 1984, p.29).

O homem germânico é dualista, sua condição de homem livre dá a ele o direito à propriedade privada para que dela tire o provento necessário para o sustento de sua família e, ao mesmo tempo, coloca-o como guerreiro forte e hábil, para suprir a necessidade de defender

sua tribo, sua comunidade ou sua família, devendo assim estar sempre pronto para atacar ou, defender seus interesses, sua propriedade e, principalmente, sua condição de homem-livre.

Tais características fizeram da sociedade germânica altamente belicosa, seus cultos e religião refletiam exatamente este contraste, seus deuses estavam sempre preparados para a guerra vestidos com armadura e com armas em punho, suas características sempre preservavam as qualidades agressivas como bravura, sabedoria em combate e força. Tais fatores tornaram-se decisivos para a não formação de uma classe sacerdotal, bem como a não existência de templos, pois o homem desde seu nascimento até sua morte era visto a todo o momento como um ser político, as relações religiosas não interferiam em momento algum nesta sociedade. Embora o patriarca da família fosse responsável por dirigir os cultos nos períodos sazonais, tal atividade não era bem vista, uma vez que o bom homem é ativo, exatamente por ele ser este homem dual - camponês e guerreiro - não havia espaço social para desenvolver estas atividades, eram as mulheres que desempenhavam este papel. (GIORDANI, 1970)

As mulheres germânicas eram tidas como “guardiãs da pureza” e seu principal dever era de ensinar aos filhos as tradições, a cultura e os cultos. Nos aspectos religiosos as mulheres tinham um papel de destaque como profetizas, devido ao grande conhecimento que tinham sobre as tradições e quanto ao uso de plantas medicinais. Por este motivo reconhecia-se que a mulher tinha o poder da vida, com isto suas bênçãos eram de grande importância para os guerreiros, sendo elas também responsáveis pelas simbologias que atribuíam às relíquias e às armas. Embora tivessem certa liberdade, estavam sempre sobre a tutela paterna, que era passada para o marido após a compra e, ainda que a mulher participasse ativamente da vida do marido, acompanhando-o em quase todas as suas atividades, ela não tinha o direito político, bem como, o direito a herdar propriedades e/ou riquezas, seja do pai ou do marido.

[...] elas acompanhavam seus homens em todas as atividades, associando-se a eles nos perigos e nos trabalhos, na paz e na guerra. Viviam “protegidas pela virtude”; não eram corrompidas nem seduzidas pelos espetáculos e festas, como acontecia em Roma. [...] noutras compilações bárbaras, as mulheres aparecem sobre o *mundio*² do pai, do marido ou, na falta destes o parente homem mais próximo. (MACEDO, 2002, p.16-17).

Há nestas sociedades uma constante representação artística sobre a domesticação dos animais, seja na religião ou nas artes, que se permite observar seu grande desenvolvimento social e cultural, pois a domesticação e a criação de rebanhos, embora pareçam prescindíveis para alguns estudiosos, foram fundamentais para a ampliação dos aspectos socioculturais

² Termo de origem germânica que significa poder ou autoridade.

destes povos. A criação de rebanhos, como bem da *comuna*, permitiu um agrupamento maior de pessoas e um tímido desenvolvimento comercial, pois além do fornecimento de alimentos gerava o abastecimento de couro e peles, sendo decisivo na produção têxtil e na decoração de suas vestimentas e instrumentos. (GUERRAS, 1987)

Ao observar-se o pleno desenvolvimento cultural, artístico, religioso e, porque não, científico³, pois, como foi visto anteriormente, estes povos distinguiam muito bem os aspectos religiosos dos sociopolíticos e tinham, a priori, um desenvolvimento medicinal, deve-se considerar este rompimento com a terminologia bárbara e considerá-los como povos tão civilizados, quanto os próprios romanos, pois a cultura é claramente um agente civilizador e, faz com que o homem se diferencie de todo e qualquer animal.

[...] Cultura surge em oposição à selvageria, à barbárie; cultura é então a própria marca da civilização. Ou ainda, a alta cultura surge como marca das camadas dominantes da população de uma sociedade; se opõe à falta de domínio da língua escrita, ou a falta de acesso à ciência, à arte e à religião daquelas camadas dominantes. (SANTOS, 1989, p.35).

2.1. Os aspectos políticos.

A estrutura sociopolítica era bem rígida e apenas os homens-livres detinham o direito à propriedade. Os patriarcas destas famílias constituíam uma espécie de “nobreza”, ainda que em tempos de paz a sua autoridade restringisse apenas à sua família. Como não havia a formação de Estado entre eles, os patriarcas organizavam assembleias locais, que tinham por objetivo a manutenção da tribo, onde todos os homens-livres deviam participar, estando todos ali como iguais, tendo cada um os mesmos direitos do outro. (GIORDANI, 1970)

Apenas nos momentos hostis havia a emersão de um líder que tinha poderes quase absolutos, limitados apenas no que dizia respeito aos direitos e deveres individuais, ou seja, ainda que o líder tivesse o controle político sobre a tribo ou sobre os guerreiros, em hipótese alguma poderia ferir os direitos de outro homem-livre, caso contrário, estaria sujeito a severas punições. Sendo assim, ao mesmo tempo em que ele detinha um poder que o diferenciava dos demais, ele ainda estava no mesmo patamar, não podendo usar de seus poderes para enfraquecer ou rivalizar com outros homens-livres. Fato que colaborou para que muitos historiadores observassem nestes povos características “republicanas”, ou seja, ao mesmo tempo em que há um líder, seu cargo é apenas representativo, pois há um grande “conselho” de homens livres que colaboram na manutenção desta política e que querem assegurar para si

³ Definição de ciência - corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente.

seus interesses e sua propriedade, pois ainda que sua liberdade e soberania já tenham sido impostas pela sua condição de nascimento, não há nada que possa assegurar a ele sua condição econômica.

Em tempos de paz, os poderosos somente tinham a autoridade que lhe conferiam sua influência social e número de fiéis [...] Porém, o verdadeiro poder pertencia à assembleia local de homens livres (*mallus*), que era celebrada periodicamente ao ar livre. Uma vez por ano, os grupos se reuniam em um lugar sagrado, perto de uma árvore ou montanha, para discutir a eleição do chefe, empreender a guerra ou julgar contendas entre as tribos. (GUERRAS, 1987, p.18)

Embora as tribos germânicas não fizessem uso de fronteiras e delimitações territoriais físicas, estas condições estavam para eles muito bem definidas, pois havia nesta sociedade uma forte consciência étnica, sustentada pelo fator familiar.

Com a expansão do Império Romano em seu auge, os germânicos viram-se ameaçados, e para resistir às legiões romanas, diversas tribos rivais uniram-se sobre uma ideia de irmandade e interesses comuns, para isto, a tradição do *comitatus*⁴ se tornaria evidente e decisiva, pois permitiu um aglutinamento maior destas tribos. Embora, apenas no século II d.C. tenha havido agrupamentos políticos que permitiria a formação dos reinos germânicos, constituídos por diversos subgrupos⁵ que mantiveram a organização social, tal como das tribos das quais eram pertencentes. Assim ao constituírem uma unidade política conseguiam manter o caráter étnico e as tradições das antigas tribos às quais pertenciam, mas com algumas adaptações devido à união das mais diversas tribos sob um mesmo reino.

No interior das populações bárbaras também se realizaram novos grupamentos, novas reuniões de tribos e de povos dispersos. É uma remodelagem completa da população, longe e profunda, de um e do outro lado do antigo *limes*. Disso resultaram não apenas novos povos mestiços, mas também, entre os bárbaros, movimentos de grupamentos étnicos e até de grupos maiores, que o latim da época chama de *nationes*. Nessa grande mestiçagem, no nascimento da Europa, se firma desde o começo a dialética entre a unidade e a diversidade. (LE GOFF, 2007, p.36)

2.2. As relações entre germânicos e romanos

O Império Romano tinha como sua base produtiva e desenvolvimento tecnológico, o escravismo. Entretanto, estes escravos em sua maioria, compunham os bens de conquista, usurpados, através das inúmeras guerras travadas por Roma. Tais escravos, garantiam a manutenção e o desenvolvimento do Império, mas ao se encerrar o processo expansionista, o principal meio abastecedor de mão-de-obra é cortado.

⁴ Tradição germânica, que consiste na lealdade e no companheirismo para com outros germânicos.

⁵ Ou seja, formara-se assim uma aristocracia germânica e, abaixo destes, uma grande massa de homens livres que diferenciavam-se entre si por suas posses.

[...] A quantidade de bens que ficam disponíveis no Ocidente tende a diminuir e que a organização coercitiva que se põe em funcionamento tenta remediar esta tendência depressiva. [...] É certo que a *Romania*, a partir do século IV, tem falta de homens, que a mão-de-obra, cada vez mais rara é mais cara e que esta carência afecta em primeiro lugar a agricultura. (BANNIARD, 1980, p.46)

Assim foi necessário adotar novas políticas que garantissem a amistosidade além das fronteiras, de maneira a preservar a hegemonia do Império no exterior, mas mantendo uma fonte geradora de escravos no interior, aprisionando e rebaixando os revoltosos a condição de escravos, entretanto isso gerou perturbações na paz interna, provocando diversos conflitos e revoltas sociais.

Após o fim do processo expansionista romano, o Império entra em uma profunda crise, que afetará diretamente seus exércitos nas fronteiras, o Império assim, viu-se incapaz de sustentar seus homens mais distantes, devido às crises desencadeadas, não apenas pelo aspecto econômico após o encerramento dos bens de conquista, mas também devido às revoltas populares ocorridas no interior do Império, que viria, ao invés de colaborar para a estruturação do trabalho, criar uma área de instabilidade.

Sem conseguir submeter os germânicos, não houve outra opção senão estabelecer diversos tratados de paz e empreender uma campanha que sufocasse as rebeliões “bárbaras” que haviam surgido após as tentativas de invasões dos romanos. O Imperador Vespasiano (69-79 d.C.) foi o principal responsável por políticas amistosas e pela solidificação das fronteiras, buscando como referência as condições geográficas destas regiões para evitar um novo desentendimento entre romanos e germânicos. Estas fronteiras foram chamadas de *limes*, às quais foram formadas por muralhas bem fortificadas e em sua extensão foram postos diversos acampamentos legionários. O século I d.C. ficou assim marcado pela formação dos *limes*, pelo abandono das políticas ofensivas e por garantir a pacificação dos germânicos por meio de diplomacias amistosas, que tinham por objetivo garantir alguns benefícios para os principais líderes germânicos, mas sem afetar a unidade do Império Romano. (GUERRAS, 1987)

Como exposto anteriormente, os *limes* eram fortificações romanas nas regiões fronteiriças, que após alguns intervalos eram guarnecidos por torres de observação e por acampamentos legionários, com as políticas amistosas entre ambos os povos, os *limes* começaram a ser usados como grandes feiras, permitindo assim, também, um grande intercâmbio comercial nestas regiões.

Com isso, não demorou muito para que alguns germânicos transpusessem a fronteira para o Império de forma pacífica, seja para ajudar na produção agrícola ou através de acordos militares. Neste primeiro caso, foram reservadas aos germânicos campos de plantio próximos às fronteiras do Império. Tais regiões foram chamadas de *Campus Decumates*, que eram regiões onde o Império permitia a agregação germânica pré-estabelecidas por contratos de servidão. Como tais regiões ficavam distantes do centro do Império Romano, houve um grande desenvolvimento das mesmas, o que permitiu uma independência produtiva, comercial e cultural. Assim, a influência germânica nestas áreas tornou-se muito forte, acarretando a ruralização das regiões fronteiriças, o que permitiu garantir a subsistência destes vilarejos, muito parecidos com os posteriores feudos medievos. Os tratados de ajuda militar visavam à formação de uma linha defensiva nas fronteiras romanas compostas por germânicos, entretanto, estes pactos tiveram validade somente até a época dos Flávios (70 d.C), quando algumas tribos menores começaram a negar apoio militar, devido à chegada de outros povos no interior da Germânia. (GIORDANI, 1970)

O Império passa a adotar em face dos germanos uma política defensiva organizando sólidamente a fronteira através do famoso limes, isto é, a linha fortificada que se estendia de Bonn até o Danúbio [...] Essa política defensiva, que equivalia à confissão da impossibilidade de romanizar a Germânia, tem sido considerada fatal para a futura segurança do Império [...] Assim pela primeira vez, Roma renunciava a civilizar um povo, e esse abandono faria nascer um complexo de medo: os romanos guardaram destas regiões frias e arborizadas, desses povos bravios e guerreiros, um temor que transmitirão de geração em geração. (GIORDANI, 1970, p. 29)

Os governos de Domiciano (81-96 d.C.) e Trajano (98-117 d.C.) garantiram uma pequena expansão do Império sobre as tribos revoltosas e, apenas no governo de Adriano (117 - 138 d.C.) serão abandonadas as políticas ofensivas, pois estavam enfraquecendo muito o Império. Adriano impede o avanço do Império pela Germânia além de ceder os territórios conquistados a líderes “bárbaros” favoráveis ao Império através de acordos de vassalagem, ou seja, a administração destes territórios pelos germânicos, não acarretava no desmembramento e nem na emancipação política destas regiões, ao contrário, estas continuavam pertencentes ao Império, mas sob o controle de líderes “bárbaros”, o que garantiu uma paz estável. (GUERRAS, 1987)

Somada às crises internas do Império Romano, houve ainda um fator externo que colaborou para a ruína do Império do Ocidente: os ataques promovidos pelos Hunos, que realizavam saques violentos aos reinos germânicos.

Os Hunos - povo que viria a incorporar algumas tribos germânicas à sua organização – possuíam uma fama imperativa em virtude dos combates à cavalos, com arcos temidos tanto

pelos chineses, como por germânicos ou romanos, o que possibilitou-lhes um rápido processo de assalto e expansão sob os germânicos e outras civilizações, sem dar-lhes tempo suficiente para sua reorganização militar, esclarecendo assim, o motivo de tais tribos belicosas terem sucumbido aos saques deste povo. Sem grandes ameaças e com um Império decadente, não restara outra opção para os germânicos a não ser fugir para o interior do Império Romano do Ocidente. (MACEDO, 2006)

Todavia, "Após a morte de Átila⁶, a efêmera confederação huna dissolveu-se nas tradicionais rivalidades tribais que tendem a prevalecer na ausência de um chefe hábil" (MACEDO, 2006, p. 87), fato que permitiu uma calmaria temporária na Europa.

2.3. O estereótipo da violência na sociedade germânica

A violência na sociedade contemporânea parece estruturar-se como uma parte do homem primitivo que há em todos os seres humanos, uma aberração social que deve ser controlada pelo Estado e pela Igreja, ou pelo menos é desta maneira que a atual sociedade cristã decreta. Contudo, a não-violência para os germânicos era, o que hoje é a ociosidade. Para estes povos a violência e a guerra eram partes essenciais de suas vidas.

Os homens da Idade Média eram filhos de Bárbaros como os Alanos descritos por Amiano Marcelino: "O prazer que os espíritos amáveis e pacíficos encontram num passatempo instrutivo eles encontram nos perigos e na guerra. Aos seus olhos, a suprema felicidade é perder a vida no campo de batalha, morrer de velhice ou por acidente é um opróbrio e uma vergonha que eles cobrem de injúria, matar um homem é uma prova de heroísmo que desperta muitos elogios. O mais glorioso troféu é a cabeleira de um inimigo escalpado, a qual é usada de enfeite nos cavalos de guerra. Não se vê entre eles nem templo nem santuário, nem mesmo um oratório coberto de colmo. Uma espada nua, cravada na terra de acordo com o rito bárbaro torna-se o emblema de Marte, a qual honram devotamente como a soberana das regiões que percorrem". (LE GOFF, 2005, p.27-28)

Embora a frase de Amiano Marcelino tenha um caráter etnocêntrico, a julgar pela nomenclatura utilizada do Deus da guerra romano, esta referência demonstra claramente que a violência para os germânicos era tão natural quanto sua própria vida, pois morrer fora de combate era algo inaceitável para estes povos.

No modo de vida germânico as batalhas e a violência constituíam uma estrutura social, que estava ligada à subsistência de suas tribos. Já que constituía uma importante prática para aquecer o comércio germânico através de saques e pilhagens.

Com isto, sua estrutura social os direcionava sempre aos constantes saques "[...] preferem provocar os combates e expor-se aos ferimentos do que trabalhar a terra e aguardar

⁶ Rei dos Hunos durante o período de 434-453. (MACEDO, 2006)

as colheitas. Além disso, lhes pareceria pouco digno adquirir com o suor o que poderiam obter com o sangue”. (MACEDO, 2006, p.90)

O *Comitatus* era importante para a estrutura social dos germânicos, uma vez que, reunia sob os laços de fidelidade e fraternidade todos os guerreiros da tribo ou reino. Macedo cita que para fazer parte do *Comitatus* os guerreiros mais jovens passavam por rituais que demonstrariam se os mesmos eram dignos de estarem nas batalha com outros guerreiros mais velhos.

Aqueles povos apenas admitiam a autoridade de um rei em momentos de conflito militar, e em geral os jovens formavam bandos sob a liderança de guerreiros mais velhos e mais experientes, atuando em batalha numa espécie de fraternidade de armas denominada em latim *comitatus* e, em germânico, *gefolgschaft*. Era no âmbito desses *Männerdünde*, dessas “sociedades de homens”, que ocorriam rituais iniciáticos de admissão dos adolescentes ao círculo daqueles que eram julgados dignos de usar armas, nos quais lhes eram impostas duras provas de destreza, força e resistência perante a dor. (MACEDO, 2006, p. 89)

É importante salientar que não havia a concepção de criança entre os germânicos, havia apenas a ideia de guerreiros mais jovens e mais velhos, entre os quais os mais velhos sempre ganhavam destaque devido suas experiências militares, que eram transmitidas aos mais jovens, gerando um processo cíclico.

Macedo apresenta que os germânicos não deveriam ser diferentes dos Vikings, com os quais compartilhavam grande semelhança cultural “[...] o espírito que animava aquelas comunidades tribais não devia ser muito diferente da dos vikings da Escandinávia”. (MACEDO, 2006, p.90) Assim ele demonstra através de uma saga, a figura exemplar daquilo que configurava um homem nestas comunidades, sendo a violência a principal característica destes povos.

Ele tinha aspecto pouco agradável, gestos desmedidos e atitudes muito rudes. Com 6 anos, durante uma competição, teria se enfurecido com alguém mais velho e o matado a golpes de acha, desencadeando uma luta na qual teriam morrido sete pessoas. Noutra ocasião, um inimigo o convidou para beber, a fim de embriagá-lo e matá-lo, mas Egil mostrou sua capacidade de resistir ao efeito da bebida, mantendo-se firme diante de todos os demais e ainda insultou o anfitrião vomitando-lhe na cara; no dia seguinte, antes de partir, decidiu matá-lo, mas mudou de idéia atendendo às súplicas da mulher e da filha da vítima, limitando-se a vazar-lhe os olhos e cortar-lhe a barba. (MACEDO, 2006, p.90)

Como pode ser observado, um garoto de 6 anos enfrentou sem destemor um homem mais velho e desencadeou outras mortes. Outra característica que pode ser observada era o *wergelt* ou o preço de sangue, tal característica se assemelharia com a lei de Talião, encontrados no código de Hamurabi da Mesopotâmia, expressa em forma de ditado popular “dente por dente, olho por olho”, nesta saga a pessoa que tentaria matá-lo depois de embriagá-

lo deveria ter sido morto através de um combate, mas como mulher e filha da vítima imploraram para Egil não matar seu respectivo marido e pai, este limitou-se a apenas furar-lhe os olhos e cortar-lhe a barba. É interessante pensar no *wergelt* como a lei de Talião, pois em uma sociedade tão violenta o preço de sangue manteve a ordem social em harmonia. (GIORDANI, 1970)

Macedo destaca que, para que estes guerreiros não ficassem em constantes conflitos consigo mesmos, os líderes militares propagavam uma série de saques que permitiria além da conquista de riquezas e do desenvolvimento do comércio, também um alívio da pressão social. Estes guerreiros, como apresenta Le Goff, acreditavam na passagem para o paraíso como conquistada apenas através da morte em batalha, da mesma forma, isto permitiria um constante controle de natalidade e mortalidade nestas sociedades, tais aspectos substituem a formação de Estado.

Nas palavras de Tácito, quando a paz reinava na região em que nasceram, os jovens guerreiros iam procurar outros locais que estivessem em guerra para atuar em campo de batalha. Para manter os guerreiros que estavam sob sua proteção, e a quem deviam alimentar, os chefes precisavam guerrear continuamente e praticar o saque. Os guerreiros esperavam sempre receber cavalos de guerra e serem presenteados com festins abundantes. (MACEDO, 2006, p.89-90)

Como exposto no início dessa pesquisa, o homem germânico antes das invasões tinha características dualistas, pois estes tinham como obrigação cuidar das relações de guerra e do campo. Após as invasões do século IV e V esta concepção irá alterar-se, pois muitos guerreiros abandonaram estas características de conquistador para alimentar a sua família, tornando esta sua principal obrigação. Como as armas e cavalos ficavam cada vez mais custosos, a tendência foi à centralização de elites guerreiras, gerando estamentos nas sociedades germânicas, guerreiros e camponeses, uns protegem enquanto outros plantam e colhem.

[...] ao longo desses séculos iniciais da Idade Média pode-se constatar alguns aspectos recorrentes na evolução da função social da guerra. Inicialmente, ela era uma atividade permanente no mundo bárbaro, definindo o lugar dos indivíduos na sociedade ao garantir o estatuto de homem livre aos guerreiros. Em segundo lugar, a progressiva afirmação do combate a cavalo esteve relacionada com a constituição de um pequeno grupo de cavaleiros couraçados e à promoção social e política dos estratos que controlavam os equipamentos necessários para se fazer a guerra. (MACEDO, 2006, p.98)

Tal como observa-se no Império Franco a associação de um nome com algum atributo, tal como Luís, o Piedoso; Carlos, o Grande, observa-se na etimologia dos nomes de origem germânica a mesma característica, geralmente associados com os aspectos militares, fundamentando a belicosidade da vida destes guerreiros, como atesta Macedo.

Até mesmo alguns nomes bem conhecidos, de proveniência germânica, atestam a referida onipresença da guerra. Etimologicamente o designativo Ricardo provém da associação de dois termos: rik (poderoso) e hard (ousado). Já Armando deriva de heri ou werra (guerra) e man (homem); Rogério provém de hrot e gar, que significava “lança poderosa”; Guilherme (na língua francesa, Guillaume, e em inglês, William), provém da junção da palavra wile (vontade) a helm (elmo); Geraldo provém da junção dos termos ger (lança) e hard (ousado); Luís, nome derivado de Clóvis (de onde o termo francês Louis), provém da associação dos vocábulos chlodo e do vocábulo wed, e significava “combatente glorioso”. (MACEDO, 2006, p.94)

Os romanos pagãos, anteriores ao cristianismo no Império, já observavam os germânicos como povos que ameaçavam sua hegemonia enquanto romanos, pois, seus modos de vida estavam muito enraizados na violência e na guerra, que sem qualquer compaixão arruinaram e aniquilaram as forças do Império Romano em suas tentativas de conquistar os territórios germânicos.

Os autores que informam a respeito dos bárbaros eram em geral pagãos, herdeiros da cultura greco-romana, e os odiavam porque eles aniquilavam por fora e por dentro sua civilização, destruindo-a ou aviltando-a. Mas muitos cristãos, que identificavam no Império Romano o berço providencial do Cristianismo, sentiam a mesma repulsa pelos invasores. Santo Ambrósio via nos bárbaros inimigos desprovidos de humanidade e exortava os cristãos a defender pelas armas "a pátria contra a invasão bárbara". O bispo Sinésio de Cirene nomeou todos os invasores de Citas – símbolo de barbárie. (LE GOFF, 2005, p.22-23)

O espírito bélico dos povos germânicos foi usado pelas elites romanas para imprimir no povo um sentimento de terror, levando-os a manter uma arraigada resistência contra as invasões.

Após a cristianização do Império esse estereótipo viria apenas a aumentar gradualmente, os bárbaros eram vistos como verdadeiros demônios, por este motivo, suas representações em geral envolvem chifres nos elmos dos guerreiros germânicos, para além, os cristãos consideravam estes povos, como sendo sem qualquer pudor e arrependimento dos inúmeros pecados cometidos constantemente, homens e mulheres truculentos e sem qualquer modo.

Segundo Le Goff, por mais que houvesse um ódio recíproco entre romanos e bárbaros, é plausível observar que Santo Agostinho, diferente de tantos outros monges de seu período, destaca que Alarico teria respeitado os locais sagrados dos cristãos e que este não queria o massacre da antiga população romana.

Santo Agostinho recusa-se a ver na tomada de Roma por Alarico, em 410, algo diferente de outros fatos dolorosos da história romana, e ressalta que, ao contrário da maior parte dos generais romanos vitoriosos - que se tornaram famosos com o saque de cidades conquistadas e com o extermínio de sua população -, Alarico considerou as igrejas cristãs locais de asilo e as respeitou. (LE GOFF, 2005, p.23)

Muito ainda se guarda das concepções sobre os povos bárbaros, como destruidores e hostis à fé cristã. É provável que a busca pela destruição das elites romanas tenha gerado um sentimento de revolta e repulsão às invasões por parte das massas, contudo, como a destruição das estruturas físicas e os massacres de pessoas, tão divulgados por essas elites, não se tornam realidade, tais concepções não se justificavam, e não tardou para que as massas populares percebessem que estavam sendo manipuladas por suas elites.

Em geral as populações internas do Império em grande parte encontram-se indiferentes a este processo, sendo algumas vezes usadas para conspirar contra a elite romana que teimava a existir. Tais fatores demonstram que os alvos germânicos são as resistências políticas romanas, e não as populações que estavam subjugadas pelos mesmos, ou seus valores culturais, tanto que, alguns líderes germânicos são vistos como salvadores dos inúmeros povos que haviam sido dominados pelo Império Romano.

A violência tocou sobretudo as classes abastadas da sociedade antiga: cada Bárbaro impôs uma partilha das terras a este ou àquele proprietário ou eliminou-o mesmo fisicamente. Para a grande maioria a mudança é muito pequena. A confusão criada pelas incursões e pelas ocupações bárbaras terá talvez permitido, algumas vezes, a essa grande maioria que escapasse a alguns dos encargos fiscais que a esmagavam. Puderam desta forma criar-se conluíus entre as populações romanas pobres e os invasores. [...] É certo, que não houve qualquer movimento de resistência autenticamente popular. Tudo se passa como se os humildes se desinteressassem da sorte do Império. (BANNIARD, 1980, p.17)

A superioridade das armas dos germânicos e sua inquestionável habilidade para a guerra foram apenas um dos fatores que colaboraram para o sucesso de tais invasões e para sua fama tendenciosa.

Salviano nos apresenta as razões profundas do sucesso dos Bárbaros. Sem dúvida há a superioridade militar. A superioridade da cavalaria bárbara reforça a qualidade superior de suas armas. A arma das invasões é a espada longa, cortante e pontuda, cuja eficácia é a fonte real dos exageros literários da Idade Média: capacetes cortados, cabeças e corpos partidos em dois, às vezes até o cavalo. Amiano Marcelino nota com horror um feito de armas deste gênero, desconhecido dos romanos. (LE GOFF, 2005, p.24)

A brutalidade dos combates nos quais os germânicos levavam pretensiosa notoriedade estava também fundamentada no desespero de sair das regiões que haviam sido controladas pelos Hunos. Le Goff ainda levanta a hipótese de que um inverno muito rigoroso atingira as regiões da Germânia, deixando muitos na miséria e na fome.

O desenvolvimento demográfico e a atração por territórios mais ricos, mencionada por Jordánés, provavelmente tiveram algum peso após um impulso inicial que poderia ter sido uma mudança climática - um resfriamento que, da Sibéria à Escandinávia, teria reduzido as áreas de cultivo e de criação dos povos bárbaros e os teria posto em movimento, uns empurrando os outros, [...] elas foram quase sempre uma fuga para diante. Os invasores eram trãnsfugas empurrados por outros mais fortes ou mais cruéis. Sua crueldade era às vezes fruto do desespero, principalmente

quando os romanos lhes recusavam o asilo que pediam em geral pacificamente. (LE GOFF, 2005, p.22)

Estes povos tinham como estrutura social uma vasta camada de homens livres, sem quaisquer lideranças definitivamente ativa. Estas características chamaram a atenção das massas pobres do Império, fato que amedrontava ainda mais a elite romana, pois se combatê-los na guerra já era um desafio, a aglutinação destes com as camadas mais pobres da sociedade romana tornou este desafio um obstáculo insuperável.

A verdade é que os Bárbaros foram beneficiados com a cumplicidade ativa ou passiva da massa da população romana. A estrutura social do império, em que as camadas populares eram progressivamente esmagadas por uma minoria rica e poderosa, explica o sucesso das invasões. (LE GOFF, 2005, p.24)

Desta maneira o título de Império, já não lhes parecia tão majestoso, tão pouco colaborava para sua grandeza, mas sim, para o seu fracasso, pois não deve-se esquecer que nos territórios conquistados pelos romanos haviam inúmeros povos que foram submetidos pela força e tornados escravos, e com as incursões bárbaras estes povos puderam se rebelar e unir-se a algum reino germânico.

Muitos historiadores citam que os povos germânicos tinham uma grande admiração pelas instituições romanas “[...] nem tudo era selvageria e destruição. Admiradores dos valores da civilização romana, os germânicos tentaram, em vão, dar continuidade àquele estilo de vida” (MACEDO, 2006, p.92) e, mesmo alguns haviam sido incorporados ao Império, tais como, Estilício (395-408 d.C.) que, como apresenta Giordani, era extremamente leal a Teodósio (378-395 d.C.) e após sua morte, tornou-se regente de Roma, já que Honório⁷ não tinha idade suficiente para assumir o Império. Ainda assim, suas políticas o tornaram um verdadeiro mediador entre os romanos e germânicos, sendo muitas vezes decisivo na expulsão e vitória sobre alguns reinos que tentavam saquear o Império “[...] um dos grandes méritos do general vândalo fôra tentar salvaguardar a unidade do Império, único meio de oposição eficaz à ameaça desintegradora dos bárbaros.” (GIORDANI, 1970, p.35), contudo, a elite romana, principalmente da parte Oriental desagradava-se de ter um “bárbaro” a comandar o Império, resultando em diversas conspirações contra Estilício, até sua decapitação em 408 d.C.

Restava a atração exercida pela civilização romana sobre os Bárbaros. Não somente os chefes bárbaros pediam aos Romanos para que fossem seus conselheiros, mas procuravam muitas vezes imitar seus costumes e ornar-se com seus títulos: cônsules, patrícios, etc. Não se apresentavam como inimigos, mas como admiradores das instituições romanas. (LE GOFF, 2005, p.26)

⁷ Um dos dois filhos de Teodósio que ficou com a parte Ocidental do Império Romano, após o desmembramento do Império pelo pai. Para Arcádio seu irmão restou-lhe a parte Oriental.

Entretanto, a cultura germânica, não permitiria o assento pacífico nas antigas regiões dominadas pela elite romana, ao contrário, era necessário destruir toda estas elites e suas ramificações de poder, pois bem sabiam que a aculturação romana era a maior arma utilizada contra eles.

O nome do cidadão romano, antes forte e estimado, valia alto preço, mas hoje encontra-se repudiado e evitado, não apenas valendo pouco, mas abominável... Daí que mesmo aqueles que não se refugiaram junto aos Bárbaros são forçados a se tornar Bárbaros, como sucede à maioria dos espanhóis e a uma grande parte dos Gauleses, e a todos aqueles que, em todo o mundo romano, a iniquidade constringe a não ser mais romanos. (LE GOFF, 2005, p.25)

Desta forma para a construção de uma nova sociedade foi necessário, segundo as concepções germânicas, destruir todas as instituições e relações de poder que os romanos haviam deixado, e tais feitos eram comumente vistos como atos de heroísmo.

Tal paixão pela destruição é expressa por Fredegário, cronista do século 7º, através da exortação da mãe de um rei bárbaro ao filho: "Se queres realizar um grande feito e ganhar nome destrua tudo o que os outros construíram e massacre todo povo que vences, pois não és capaz de construir um edifício superior aos que foram construídos por teus predecessores e não há mais bela façanha com que possas engrandecer teu nome". (LE GOFF, 2005, p.28)

Como demonstra a citação anterior, houve uma alteração nas relações entre as instituições romanas e os povos germânicos, durante o período exposto, século VII d.C., quando os Reinos Bárbaros já estavam consolidados e os Francos sob a dinastia Merovíngia estavam iniciando sua expansão, sendo o final deste mesmo século marcado pelo reinado de Carlos Magno (768-814). Com isto houve uma disputa entre manter ou destruir as instituições romanas, as quais os germânicos haviam preservados durante o período de invasões, pois tal como é expresso na citação, ter as estruturas romanas e não construir nada mais grandioso era mostrar incapacidade. Esta mentalidade de destruição gerou uma amargura entre os germânicos que os levou a destruírem as instituições romanas para criar um novo marco civilizacional. (GIORDANI, 1970)

3. As raízes do processo de proto-feudalização europeu

Embora Engels aborde a formação de um Estado germânico que teria ocorrido em decorrência do desmembramento dos laços sanguíneos que uniam as tribos germânicas antes das invasões, não ocorreu este desmembramento proposto por ele, pois quem assumiria este papel durante o restante da Idade Média seria a Igreja Católica, como discutido em capítulo posterior, e não os germânicos.

A rápida desapareção do vínculo consaglineo nas gens foi devida ao fato de terem seus órgãos, na tribo e no povo, degenerado em consequência da conquista [...] Os povos germanos, donos das províncias romanas, tinham que organizar suas

conquistas; mas as massas romanas não podiam ser absorvidas nas corporações gentílicas, nem podiam ser regidas pelo sistema dessas corporações. À testa dos órgãos locais da administração romana, conservados no princípio em grande parte, era preciso colocar, em substituição ao Estado romano, outro poder, que só poderia ser outro Estado. Os órgãos da gens tinham que se transformar em órgãos do Estado, e com notável rapidez, por força das circunstâncias. E o representante mais próprio do povo conquistador seria, seguramente, o chefe militar. (ENGELS, 1984, p.171)

A ideia que Engels passa é que as estruturas haviam se dissolvido, mas ao contrário, durante as invasões houve a distribuição de deveres e terras entre todos os germânicos igualmente como consequência do desespero e da fome. Entretanto, muitos tiveram suas terras alienadas em decorrência do pagamento de dívidas, e como não havia entre estes homens um sentimento de pertencimento àquelas terras, não houve grande resistência. Assim forma-se uma elite com predomínio de terras, que irá gerar uma aristocracia.

Nota-se em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” uma contradição, onde Engels aborda que a divisão de classes e a formação do Estado, pode-se apenas constituir-se quando as estruturas econômicas estivessem com um desenvolvimento avançado, onde “O regime gentilício já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes e, substituído pelo Estado.” (ENGELS, 1984, p.190) Entretanto, logo após ele apresenta:

Entre os germânicos, por fim, vencedores do Império Romano, o Estado surgiu em função direta da conquista de vastos territórios estrangeiros que o regime gentilício era impotente para dominar. *Como, porém, a essa conquista não correspondia uma luta séria com a antiga população, nem uma divisão do trabalho mais avançada; como o grau de desenvolvimento econômico de vencidos e vencedores era quase o mesmo – e por conseguinte persistia a antiga base econômica da sociedade – a gens pôde manter-se ainda por muitos séculos, sob uma forma modificada, territorial, na constituição da marca, e até rejuvenescer durante certo tempo, sob uma forma atenuada, nas famílias nobres e patrícias dos anos posteriores, e mesmo em famílias camponesas, como em Dithmarschen.* (ENGELS, 1984, p.19, grifo nosso)

Engels expõe que o Estado surge apenas para controlar o antagonismo das classes, quando as estruturas econômicas estivessem consolidadas em um nível avançado, como no sistema capitalista. Nos princípios da sociedade da Alta Idade Média como ele próprio demonstra não há um grande desenvolvimento econômico, nem mesmo uma diferenciação econômica que fizesse surgir à distinção das classes, a ponto de necessitarem deste intermédio “[...] chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, [...] é o Estado,” (ENGELS, 1984, p.191)

Em o “Manifesto do Partido Comunista” de Karl Marx e Engels, abordam superficialmente as sociedades envolvidas nas dinâmicas que apresentaram as configurações

de Estados, e ao contrário de Engels (1984), este cita parte da historiografia tradicional, sem quaisquer referências diretas a Alta Idade Média ou aos germânicos, observem:

Nas anteriores épocas da história encontramos quase por toda a parte uma articulação completa da sociedade em diversos estados [ou ordens sociais — *Stände*], uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média: senhores feudais, vassallos, burgueses de corporação, oficiais, servos, e ainda por cima, quase em cada uma destas classes, de novo gradações particulares. (MARX; ENGELS, 1997, p.29)

Segundo a historiografia tradicional, a que todos tomam contato desde o ensino fundamental, entende-se o período característico, dos senhores feudais, vassallos, burgueses de corporação, dentre outros, como Feudalismo, representativo de uma temporalidade muito específica dentro da Idade Média, portanto, pode-se entender que Marx afirmaria a justa posição de não haver Estado anterior à formação do Feudalismo, a partir da queda do Império Romano.

Vale ressaltar a menção aos cavaleiros e, talvez os mais observadores possam querer afirmar que os cavaleiros são características típicas das tribos germânicas, pois bem, durante o período citado, Roma antiga, as tribos germânicas não reconheciam o título de cavaleiros, pois aqueles que partilhavam de tais características eram os denominados homens-livres, e a titulação e referência que há dos germânicos como cavaleiros, propriamente dito, se dá após as invasões e todo período conturbado que centralizou as características de alguns indivíduos como cavaleiros devido as suas possibilidades de obterem acesso aos cavalos e aos armamentos. Desta maneira a representação de cavaleiros como classe específica dentro do período histórico citado por ele, não deve de forma alguma, ser associado aos germânicos.

Max Weber demonstra em seu livro “Ensaio de Sociologia” que a estruturação da ordem social, não necessariamente estava ligada a formação de um Estado, neste panorama pode-se perceber que o *comitatus*, o *wergelt* e posteriormente, em colaboração a estes fatores, os estamentos, substituíram as necessidades de um Estado. “A estrutura de toda ordem jurídica influi diretamente na distribuição do poder, econômico ou qualquer outro, dentro de sua respectiva comunidade. Isso é válido para todas as ordens jurídicas e não apenas para a do Estado.” (WEBER, 1982, p.211)

A estrutura da ordem social, segundo Weber, está mais ligada ao *status* e prestígio que ao poder político e econômico, que são as bases fundamentais da sociedade estamental, compreendendo que anterior às ordens de poderes políticos e econômicos estrutura-se o

prestígio, apresentando desta maneira, um grau de desenvolvimento no qual a sociedade germânica encontra-se nesta primeira fundamentação de poder.

Para pensar nas estruturas que solidificam o poder é necessário diferenciar classes de estamentos e separá-las em níveis de desenvolvimentos diferentes, o primeiro, tal como Engels afirma, está definido pelas condições econômicas bem desenvolvidas, enquanto o outro desenvolve-se na falta destas condições, mantendo as distinções de estamentos sustentadas pelo *status*, tornando-se assim, o primeiro nível do desenvolvimento de toda e qualquer estrutura de poder, inclusive do Estado.

Geralmente, o poder “meramente econômico”, em especial o poder financeiro puro e simples, não é de forma alguma reconhecido como base de honras sociais. Nem é o poder a única base de tal honra. Na verdade, ela, ou o prestígio, podem ser mesmo a base do poder político ou econômico, e isso ocorreu muito freqüentemente. O poder, bem como as honras, podem ser assegurados pela ordem jurídica, mas, pelo menos normalmente, não é a sua fonte primordial. A ordem jurídica constitui antes um fator adicional que aumenta a possibilidade de poder ou honras; mas nem sempre pode assegurá-los. A ordem social é, para nós, simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela. Dessa forma, “classes”, “estamentos” e “partidos” são fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade. (WEBER, 1982, p.212)

Entende-se por classe, uma união de pessoas que estejam aglomeradas em condições de diferentes níveis econômicos, tais condições são definidas por fatores externos e internos, assim, classe, configura-se na condição real de adquirir, possuir e se relacionar com os bens materiais a disposição do consumo. Para isto, é necessário que exista um grande desenvolvimento econômico e que exista a acumulação de capital por parte de alguns indivíduos que fazem parte de uma mesma dinâmica social, sendo necessário também haver variadas distinções e desigualdades sociais, pois as variadas condições econômicas definem seu respectivo grupo pertencente. Classe, portanto, é associado apenas a comunidades onde haja um grande desenvolvimento econômico, característica da qual não partilha a Alta Idade Média, nem o Feudalismo.

Em nossa terminologia, “classes” não são comunidades; representam simplesmente bases possíveis, e freqüentes, de ação comunal. Podemos falar de uma “classe” quando: 1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho. [Esses pontos referem-se à “situação de classe”, que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontrem na mesma situação de classe. (WEBER, 1982, p.212)

Neste aspecto, as distintas classes sociais geram a formação de um Estado que possa intervir nestas relações e na luta de classes, pois neste antagonismo os conflitos são características essenciais, uma vez que há a concentração de bens e capital, e, enquanto o Estado pertencer às classes dominantes irá assegurar-se de manter os bens de consumo a disposição apenas das classes mais ricas, fazendo com que os não-proprietários dos bens materiais, dependam exclusivamente de sua mão-de-obra para subsistirem.

Segundo a lei da utilidade marginal, esse modo de distribuição exclui os não-proprietários da competição pelos bens muito desejados; favorece os proprietários e, na verdade, lhes dá o monopólio para a aquisição desses bens. Em igualdade de fatores, esse modo de distribuição monopoliza as oportunidades de transações lucrativas para todos os que, dispendo de bens, não têm necessariamente de trocá-los. Aumenta, pelo menos em geral, seu poderio nas guerras de preço com os que, não tendo propriedades, só têm a oferecer seus serviços, em forma bruta, ou bens numa forma constituída através de seu próprio trabalho e que, acima de tudo, são compelidos a se desfazer desses produtos para que possam, simplesmente, subsistir. [...] Tudo isso é válido dentro da área na qual predominam as condições de mercado pura e simplesmente. "Propriedade" e "falta de propriedade" são, portanto, as categorias básicas de todas as situações de classe. (WEBER, 1982, p.213)

No contraponto das classes, estão os estamentos, os quais definem-se através das relações de *status* e privilégios, onde são impostos deveres e direitos relacionados as condições de um mesmo estamento e sua relação com outros. Tais relações sociais pressupõe a organização de comunidades onde cada indivíduo, partilhando de uma determinada característica, une-se a um estamento, A condição de guerreiro vai sendo definida na medida em que a posse de cavalos e armamentos são monopolizados por alguns indivíduos, mas que tem os deveres de proteger os servos e a Igreja que lhes rendava o direito a obter algum feudo, assim, os servos que partilham de uma mesma condição e de uma mesma característica, tem como dever alimentar a todos ligados a sua comunidade e, tendo como direitos partilhar uma parte do feudo com seu senhorio.

Em contraste com as classes, os grupos de "status!" são normalmente comunidades. Com freqüência, porém, são do tipo amorfo. Em contraste com a "situação de classe" determinada apenas por motivos econômicos, desejamos designar como "situação de status" todo componente típico do destino dos homens, determinado por uma estimativa específica, positiva ou negativa, da honraria. Essa honraria pode estar relacionada com qualquer qualidade partilhada por uma pluralidade de indivíduos. (WEBER, 1982, p.218)

Ainda em contraste com as classes, os estamentos partilham geralmente de uma economia de subsistência, sem que haja o acúmulo dos bens materiais, ao contrário, a riqueza que alguém venha a possuir é quase sempre entendida como bem obtido através do cumprimento dos seus deveres. Assim, pode-se entender o desenvolvimento da burguesia no final da Idade Média, através do cumprimento de seus deveres no feudo conseguiu desenvolver métodos que dinamizassem sua produção, ou quando, um nobre recebia o feudo,

é sempre entendido como bem obtido através de sua lealdade. Deve-se, portanto, entender a sociedade estamental, como uma sociedade que produz tudo para si mesma, que elabora meios pelos quais as comunidades envolvidas consigam garantir sua subsistência e sua preservação.

Na economia de subsistência da comunidade organizada, com frequência o homem mais rico é simplesmente o chefe. Isso pode, porém, significar com frequência apenas uma preferência honorífica. Por exemplo, na chamada “democracia” moderna pura, isto é, a democracia destituída de quaisquer privilégios estamentais expressamente ordenados para os indivíduos, pode acontecer que somente as famílias pertencentes aproximadamente à mesma categoria tributária dancem umas com as outras. Esse exemplo é citado em relação a certas cidades suíças menores. Mas a honraria estamental não precisa, necessariamente, estar ligada a uma “situação de classe”. Pelo contrário, normalmente ela se opõe de forma acentuada às pretensões de simples propriedade. (WEBER, 1982, p.219)

Observa-se, portanto, que os germânicos, após as invasões, não mais compartilhavam da dualidade do homem camponês e guerreiro, uma vez que para se adaptar às novas dinâmicas, posteriores às invasões, e mesmo às condições severas como a fome, distribuíram deveres sociais, que geraram sociedades estamentais.

Mas nem todos podiam dispor das condições materiais necessárias para fazer *[sic]* a guerra. Numa sociedade marcada pela presença constante da fome como foi a da Alta Idade Média, sobreviver era o objetivo prioritário dos pobres, e as possibilidades materiais para a obtenção de armas ofensivas e defensivas e, principalmente, para a obtenção de um cavalo de guerra eram muito pequenas, estando reservadas apenas aos membros da aristocracia rural ou aos seus apaniguados. Assim, a guerra tornou-se atividade exclusiva dos homens plenamente livres, ficando os camponeses e trabalhadores manuais privados do direito de empunhar armas. A estes cabiam as atividades de produção, e os excedentes econômicos de seu trabalho eram apropriados pela aristocracia territorial e militar que lhes oferecia proteção. (MACEDO, 2006, p.94)

Entretanto, como muitos partilhavam da condição de homens livres, ainda que sem terras, deveria haver uma distribuição de funções sociais que não permitissem que estes perdessem sua liberdade, era necessário mantê-los livres, é desta maneira que a sociedade medieval ganha aspectos estamentais, pois não há nestas sociedades a concepção de escravo, mas ao contrário, há o entendimento de igualdade, pois todos devem trabalhar para a manutenção da sociedade, o servo trabalha no campo, o guerreiro luta para proteger o servo e a Igreja e os clérigos rezam para proteger a todos. Esta ideia da sociedade estamental feudal, é não mais que uma adaptação da sociedade germânica cristianizada, de maneira que não haja superioridade entre os homens-livres, mas que todos igualmente utilizem suas melhores qualidades para a manutenção da sociedade.

De fato, fazendo os bens da terra parte de um patrimônio comum, pertencente a todos os homens, se a uma minoria de grandes proprietários coubesse a maior parte desses bens, espoliada ficaria a grande massa da população. E em consequência de se reconhecer a legitimidade do direito de propriedade privada, aceita-se também a desigualdade de condições daí resultante. Esta se justifica, aliás, em virtude da

diversidade dos serviços sociais. Todavia, jamais deve a desigualdade ser levada ao extremo: terá de ser igualmente moderada. (HUGON, 1984, p.49)

Durante o período Carolíngio torna-se evidente que os germânicos, mesmo após todo processo de invasão, continuavam não reconhecendo a constituição de Estado e diretrizes territoriais.

Ainda que os povos germânicos estivessem reunidos sob diferentes confederações, as diferenças eram dispostas através das origens étnicas, que estruturava a casta de homens-livres e por meio dos diversos dialetos característicos de cada tribo. Entretanto, para a Igreja Católica que reconhecia a concepção de Estado, mas que não entendia os germânicos como um povo distribuído e separado por algumas divergências. Para eles, a expansão carolíngia estava voltada para a conquista de outros povos, e por este mesmo entendimento a titulação imperial lhes parecia mais apropriada para Carlos Magno.

Carlos Magno acrescentara àquele título de rei dos lombardos, sendo-o igualmente dos alamanos, dos bávaros, dos borguinhões e dos saxões, embora não usando tais designações por não existirem. Os autores costumam invocar essa inadequação entre o modesto protocolo carolíngio, *rex francorum et langobardorum*, e a congêrie de povos governados por eles, para justificar a concessão do diadema imperial por Leão III em 800. O Estado franco tomara proporções de um império, diz, Joseph Calmette, ao concluir o capítulo sobre a expansão carolíngia no seu *Charle magne*, e pergunta: “Não é lógico e legítimo que seu soberano junte o título de imperator ao de *rex*?”

Ora, isso que parece muito lógico à nossa mente moderna, acostumada a pensar no Estado antes de tudo como uma entidade territorial, o seria na mesma escala para os homens do século VIII? Estaria para eles, tanto quanto para nós, patente a insuficiência da titulação de Carlos Magno em relação à extensão da área e variedade de populações dominadas?. (MELLO, 1990, p.26-27)

Os germânicos, de maneira geral, não compreendiam por dominação a tomada de territórios e delimitações fronteiriças, “[...] para o homem medieval a expressão física do Estado era medida muito mais em termos humanos que territoriais.” (MELLO, 1990, p.27) com isto, a designação de Império era pouco compreendida, pois o objetivo dos germânicos era a submissão militar, para uma ocasional aglomeração humana em torno de seus próprios aspectos culturais, destruindo assim, tais aspectos dos povos vencidos.

“Nação” conservou ao longo de toda a Idade Média o sentido que possuía para os bárbaros da época das grandes invasões: o de um conjunto de pessoas com a mesma origem étnica, falando a mesma língua e sujeita às mesmas leis. O título real era sempre expresso em termos humanos, não territoriais. Dizia-se “rei dos francos” (*rex francorum*), e não da França, que ainda não nascera; “rei dos lombardos” (*rex langobardorum*), e não da Lombardia. [...] Portanto, se Carlos carecia de um designativo mais adequado aos olhos dos coevos, este seria por certo a somativa dos nomes dos povos por ele conquistados acoplados à palavra “rei”. (MELLO, 1990, p.27)

A coroação e titulação de Carlos Magno, vista por muitos historiadores como um momento de surpresa para este, que teria ido à Igreja apenas para celebrar o natal, quando,

repentinamente, o papa Leão III inicia sua coração, para Mello, toda esta cerimônia havia sido previamente preparada, pois objetivava dois pontos dissidentes para Carlos Magno, a dominação de toda a cristandade inclusive de Bizâncio que estava sob o domínio de uma mulher, e para realçar a figura do papa que estava sendo ovacionada de maneira extremamente negativa. Portanto, ainda que Carlos Magno não reconhecesse o título de imperador, aceitou-o para efetivar sua dominação, não sob os territórios, mas sob a população reunida nele.

O Império Carolíngio era diferente em tudo do velho Império Romano, do qual ocupava apenas determinadas partes, e nem Leão III nem Carlos Magno tiveram intenção de restaurá-lo; tanto assim que este, a partir de 812, cortou do protocolo imperial o “governando o Império Romano” e, já na partilha do reino entre seus três filhos em 806, a idéia de império foi simplesmente ignorada, tendo os territórios sido divididos à maneira tradicional dos francos. (MELLO, 1990, p.32)

É preciso salientar que durante toda a Idade Média posterior às invasões, que os germânicos não desenvolveram qualquer formação de Estado, mas buscaram adaptar-se às estruturas e conjunturas que fariam parte das inovações de suas vidas.

Assim, durante a Alta Idade Média não existiam exércitos regulares permanentes, nem uma organização militar fixa nos reinos bárbaros. Em momentos de guerra, os aristocratas regionais, ligados aos reis por laços de sangue, por dependência pessoal ou aliança, é que forneciam os contingentes empregados em combate. As tropas militares eram constituídas em sua maior parte por infantes, equipados de acordo com suas posses pessoais. (MACEDO, 2006, p.95)

Esta concepção de sociedade estamental que há na sociedade medieval, mostra claramente que não houve o desmembramento dos laços sanguíneos, como proposto por Engels, o que houve foi o monopólio da terra e da guerra por alguns germânicos, que difere do período anterior às invasões, pois estes donos de terras negam-se a trabalhar nela, assumindo a característica única de guerreiros e deixando para os servos a tarefa de cuidar do plantio e cultivo destas terras.

[...] como o bizantino Procópio de Cesaréia (c.490-c.562), presume-se que os chefes de guerra combatessem a cavalo, e que os combatentes comuns guerreassem a pé [...] Algo novo começa a ocorrer no reino franco a partir do século VIII, sobretudo no período de governo da dinastia dos carolíngios. Data desse momento a gênese de nova forma de combate que afetaria tanto o domínio da tática quanto os padrões da guerra e acarretaria alterações na hierarquia social. (MACEDO, 2006, p.96)

Assim, os próprios guerreiros foram destacando-se através de suas armas, de maneira que o guerreiro germânico aos poucos foi tornando-se o cavaleiro que constituía grande parte do posterior estamento nobre da sociedade medieval, pois como o cavalo era muito caro, ficou sobre o monopólio destes indivíduos que passaram a fazer parte da nobreza. O cavalo assim, afirmava sua posição social, ou seja, todos ainda eram vistos como homens livres, mas em diferentes posições sociais devido as suas possibilidades de adquirir armamentos.

Entre os guerreiros, por sua vez, logo se estabeleceu uma hierarquia sociomilitar, ficando os aristocratas, grandes proprietários, como verdadeiros chefes regionais, os médios proprietários como comandantes locais e os pequenos proprietários como simples combatentes. Desde pelo menos o século VI os aristocratas mantinham sob sua dependência um séquito armado denominado de *antrustio*, composto de guerreiros despossuídos que lhes prestavam serviços de natureza militar em troca de alojamento, alimentação e do pagamento de um soldo. (MACEDO, 2006, p.94)

Na Idade Média a concepção de Estado só desenvolvera-se através e por meio da Igreja que buscou afirmar o poder daqueles que se aliassem a ela.

Carlos Magno parece ter considerado o Império como uma honraria pessoal; Luís acrescentou-lhe um sentido territorial e unitário. Fez dele o Império Cristão, por oposição ao velho Império pagão e romano, do qual o governante pela graça de Deus era ele. E, de fato, com exceção da Irlanda, Inglaterra e pequena porção das penínsulas Ibérica e Itálica, os limites do Império coincidiam com os do orbe cristão ocidental. (MELLO, 1990, p.32-33)

4. A Igreja Católica como Estado Soberano

A Igreja Católica que ganhara ainda mais poder neste período reformulou a mentalidade ocidental seguindo panoramas orientais teocráticos, fato que atribuiu às elites o direito divino de governar e, ainda que o rei ou toda esta classe política não fossem vistos como deuses, estes ficaram conhecidos por terem recebido a graça de Deus, por serem homens puros e comprometidos com Cristo, para comandar a sociedade segundo as doutrinas cristãs.

Benedict Anderson propõe que o nacionalismo também manifestava-se no âmbito religioso anterior à formação dos Estados Nações, a Igreja desta maneira impunha a sociedade medieval um sentimento de pertencimento da cristandade, do qual a religião serviu como um Estado para reunir as pessoas sob uma mesma doutrina, das quais tornam-se verdadeiras constituições e ordenamentos de modo de vida.

Propondo que o homem civilizado e escolhido por Deus só poderia existir na sociedade católica, o reflexo que os cristãos tiveram com outras religiões fora de assombramento, sempre observando a cultura do outro a partir da sua própria concepção de mundo.

Todas as grandes comunidades clássicas concebiam-se como cosmicamente centrais, mediante uma linguagem sagrada vinculada a uma ordem de poder supraterrrestre. Conseqüentemente, o alcance do latim, [...] era, teoricamente, ilimitado. [...] tais comunidades clássicas vinculadas, por línguas sagradas tinham caráter distinto das comunidades imaginadas das nações modernas. Diferença essencial era a segurança das antigas comunidades quanto à sacralidade singular de suas línguas. (ANDERSON, 1985, p.21)

Sendo possível observar uma herança do Império Romano que resistira por séculos após sua destruição, as percepções etnocêntricas de que fora da sociedade cristã há apenas a barbárie e a danação que conduziram certamente o homem para o Inferno. O homem medieval, portanto, é mantido como submisso, explorado e doutrinado, de maneira que onde

quer que vá, representará os interesses de sua elite, pois estes mesmos interesses são seus preceitos religiosos.

Outra característica da formação de Estado que pode ser observada na Igreja medieval, é que, mesmo o cristianismo abrangendo grande parte das culturas europeias independente da língua falada, as estruturas religiosas conseguiam se relacionar e entender-se por conta do latim, ou seja, o latim tornara-se a língua oficial deste Estado, de maneira que todos estes líderes religiosos independentes das línguas vulgares, conseguiam comunicar-se e compreender as vontades e mandos da Igreja Católica.

[...] os homens de letras eram iniciados, estratos estratégicos em uma hierarquia cosmológica cujo ápice era divino. As concepções básicas a respeito de "grupos sociais" eram centripetas e hierárquicas, e não norteadas por fronteiras e horizontais. O espantoso poder do papado, em seu esplendor, só é compreensível em termos de uma classe transeuropéia de letrados em escrita latina e de uma concepção do mundo compartilhada virtualmente por todos, da qual a inteligência bilíngue, mediando entre a língua vulgar e o latim, servia de mediador entre a terra e o céu. (ANDERSON, B., 1985, p.24)

Desse modo, tal característica garantiu a união dos mais diversos reinos e povos independente da pluralidade das línguas e culturas europeias. Por este motivo as missas eram celebradas em latim, pois a Igreja não reconhecia fronteiras entre a cristandade, as únicas fronteiras que mantinham-se no mundo medieval eram as fronteiras religiosas, seja com o Cristianismo Ortodoxo ou com o Islã, seus grandes adversários na conquista e expansão territorial e religiosa.

E na utilização inconsciente de "nosso" (que se torna "seu") e na referência à fé dos cristãos como "mais verdadeira", em vez de "verdadeira", podem-se descobrir as sementes de uma territorialização das fés, que faz antever a linguagem de muitos nacionalistas (ANDERSON, 1985, p.25-26)

Sendo assim, o sentimento de pertencimento ao cristianismo em reconhecer no mundo cristão todos como iguais, tornava a Igreja um Estado que agrupava as mais variadas culturas, reunindo os atuais países do centro europeu sob uma mesma doutrina, sob um mesmo sentimento e uma mesma língua, restritos não ao limites dos feudos, das fronteiras criadas pelos homens, mas por características religiosas e limites divinos,

A Igreja no feudalismo ocupa-se para além da formação de mentalidade e ideologia, garantindo que a rigidez social mantenha-se, tal como designado pelos clérigos. Apesar de manter-se parasitária até mesmo entre os nobres, seu poder ideológico tornava esta instituição semelhante ao teu deus, benevolente, puro e unipresente nas relações sociais, transformando e moldando o imaginário medievo de acordo com suas necessidades e vontades, idealizando o feudo e o trabalho nele desempenhado como a penitência necessária para alcançar os reinos

dos céus, tornando a vida além das relações servis impensáveis, garantindo para si os privilégios de uma vida santa, afinal, a instituição da santa madre Igreja Católica é quem garante a sobrevivência de todos, pois deve-se haver pessoas puras emanadas do poder divino para afastar o mau que os pagãos trazem ao mundo cristão, os clérigos assim devem impedir que o mundo entre em desgraça. (FRANCO JR, 1991)

Observar-se, portanto, uma sociedade altamente estamental que supostamente geraria uma relação de interdependência, entre servos, nobres e clérigos, mas que nas relações diárias mostra-se meramente ilusória, porém muito bem idealizada pelas elites intelectuais deste período.

[...] a principal tarefa dos governantes é sempre a de assegurar a aceitação ativa ou resignada da maioria dos cidadãos [...] Para produzir esta aceitação crucial, a maioria tem de ser persuadida por uma ideologia de que o seu governo é bom, sábio e, pelo menos, inevitável e certamente melhor do que outras possíveis alternativas [...] Pois as massas não criam as próprias ideias; elas seguem passivamente as ideias adotadas e disseminadas pelo grupo de intelectuais. (ROTHBARD, 2009, p.09)

Assim, se o Estado caracteriza-se como dominador ideológico garantindo a voluntariedade do ato de servir e mantedor da rigidez e das relações sociais, tal como designado por ele através de leis impostas⁸, além é claro, de parasitário das relações econômicas vigentes de um determinado período histórico, conclui-se que a Igreja nada mais é, do que um Estado Soberano a todos os povos da Europa Central.

5. A consolidação do modo-de-produção feudal

Com as invasões germânicas a Europa Central sofre um grande e constante choque cultural, que gradualmente transforma os aspectos sócio-políticos de romanos e germânicos. Neste processo os primeiros a apossarem-se dos territórios romanos foram apropriando-se de grandes parcelas de terras, gerando assim uma forte aristocracia rural, não mais composta por todos os homens livres da tribo, mas sim de todos os senhores de terras.

O homem tem necessidades constantes; para garantir a sua satisfação mister se faz, pois, poder apropriar-se dos bens produtivos. Somente por esse meio - poderá constituir as reservas de recursos necessários para as eventualidades futuras. A apropriação é, assim, tanto mais legítima quanto deverá contar o homem com necessidades crescentes, entrando a constituição da família na ordem natural das coisas. (HUGON, 1984, p.49)

A política deste período é marcada por uma forte tendência descentralizadora, onde a população em geral foge das cidades para buscarem nos campos ao menos uma garantia de sobrevivência. Assim, os grandes latifundiários conseguem estruturar e fortalecer seu poder

⁸ Neste caso, o uso de dogmas e leis divinas é quem se transforma no aparato legal destas elites.

local, de forma que estes passam a deter uma imensa liberdade política, e não havendo nenhuma outra instituição que restrinja seus poderes, estes limites foram impostos pelo próprio senhorio de acordo com a sua vontade, de forma a tirar o máximo de proveito de sua condição.

Indica, com bastante precisão, as vantagens econômicas e sociais decorrentes da instituição da propriedade privada. Enumera os efeitos favoráveis, daí advindos, à organização e ao rendimento da produção. Insiste sobre o fato de representar ela um elemento de ordem e de paz social. Descreve-a, judiciosamente, como o quadro apropriado ao perfeito desenvolvimento da dignidade humana. [...] Mas — e eis onde aparece o princípio de moderação —, como a propriedade se legitima por motivos de ordem social, deve-se impedir que desse direito abuse o seu titular em detrimento da coletividade. E os autores são unânimes em reconhecer, então, certo número de limitações ao direito de propriedade. A exagerada ampliação desse direito, em benefício de um só indivíduo, é condenada. E isso porque daí resultaria: por um lado, um excesso de fortuna e, por conseguinte, a criação de novas necessidades supérfluas — o que a moral reprova. (HUGON, 1984, p.49)

Tal como abordado anteriormente, outro importante fator que colaborou para a formação desta aristocracia rural e a centralização das terras nas mãos de poucos, é que parte da população que detinha o direito à propriedade privada, acaba perdendo suas propriedades sob a forma de débito de diversas dívidas ocasionadas por toda esta migração forçada, que os levou a terem grandes necessidades de consumo para garantirem sua subsistência.

Os latifúndios, que aliás sempre existiram, vão se multiplicando, e o *sistema domanial* reúne sob a autoridade do senhor, do barão, conde ou duque, as *vilas* com seus empórios, suas granjas, suas oficinas, e as reservas senhoriais onde vem trabalhar os lavradores. A *mansão senhorial* neste regime domanial teve uma importância histórica considerável, pois dela dependeu, durante séculos, a vida econômica do Ocidente; serviu de base à organização financeira das monarquias e da Igreja que dela retiraram seus maiores recursos, levando à *concentração da propriedade* e mesmo ao regime feudal. (CARVALHO, 1959, p.26)

Encontra-se neste período as bases sócio-políticas de um proto-feudalismo, porém este processo colidiu com a expansão Franca e sua demasiada centralização, especialmente na Dinastia Carolíngia⁹, mas que, após a morte de Carlos Magno este processo de descentralização dos poderes tem sua retomada e desta vez para fixar-se como o modo-de-produção dominante e efetivo. Para além do processo de descentralização do poder real, as invasões dos séculos IX e X serão decisivas para uma retomada do fortalecimento das elites locais, assim como havia ocorrido nas primeiras invasões bárbaras à Europa. (FRANCO JR, 1991)

Com as invasões dos bárbaros, desaparece a economia antiga, e o feudalismo, então na sua plenitude, cria, com o fracionamento político, a fragmentação econômica. A produção é quase que exclusivamente rural e as trocas, insignificantes e na maioria das vezes familiares, jamais ultrapassando o quadro local: é à sombra do

⁹Não há aqui a ideia de discutir acerca das diferentes Dinastias centralizadoras do Império Franco. Mas salientar que esta expansão sobre outros povos germânicos impede que este processo "proto-feudal" consolide-se, pois, a partir das conquistas francas, torna-se uma característica comum unificar e centralizar o poder sob seu reino.

castelo senhorial que a vida econômica transcorre. Sofrível o estado dos meios materiais de troca: as grandiosas estradas romanas, mal conservadas, tornam-se logo intransitáveis. E rudimentares também são os meios jurídicos de troca: a moeda é de mau quilate e de circulação restrita. (HUGON, 1984, p.45)

Com a segunda horda de invasões à Europa, a mobilização militar necessária para defender-se contra estes “bárbaros” era maior do que o rei poderia proporcionar, sem mencionar que suas tropas não tinham agilidade o suficiente para defender extensões territoriais muito grandes, ocasionando assim a independência política dos feudos. De tal modo que, as elites regionais mantinham para si um grande acúmulo de poder.

Com a ruralização, a tendência à auto-suficiência de cada latifúndio e as crescentes dificuldades nas comunicações, os representantes do poder imperial foram perdendo capacidade de ação sobre vastos territórios. Mais do que isso, os próprios latifundiários foram ganhando atribuições anteriormente da alçada do Estado. (FRANCO JR, 1991, p.14-15)

Estado, neste sentido, para Franco Jr, corresponde às atribuições que os senhores feudais desenvolveram nas questões jurídicas, entretanto, como já discutido através de Max Weber, questões jurídicas nem sempre precisam restringir-se a formação e associação a um Estado.

No modo-de-produção feudal, havia duas “classes” antagônicas, o senhor feudal e o servo, a “classe” de senhores feudais divide-se em dois âmbitos, os nobres, que faziam parte de uma elite guerreira, e os clérigos, que faziam parte de uma elite religiosa que, entre outras coisas, fundamentava toda forma de exploração dos senhores feudais. E a “classe” de servos divide-se em diversos âmbitos, desde o servo que anexou suas terras ao senhorio, aos trabalhadores especializados como ferreiros, padeiros, açougueiros, e o mais comum e mais rebaixado na escala social, os servos que não tinham qualquer especialidade nem posse, ao contrário dos outros estes não tinham qualquer possibilidade de discutir sobre sua condição, ou seja, não havia possibilidade de negociar melhores condições de servidão diferente dos outros que eram especializados ou possuíam terras.

Com a imensidão das terras reais e a incapacidade de administrar estes territórios, a maneira mais segura encontrada por estes proprietários para manter seus domínios, estava na proposta de descentralização de seus poderes, assim estes passavam parte de seu território para alguém de sua confiança, de maneira que aquele que recebesse as terras permanecesse fiel ao doador e, transmitisse as tuas vontades no território cedido, contudo, não haviam necessariamente uma delimitação de fronteiras, impondo onde a propriedade de um começa e do outro termina, geralmente tais questões eram estabelecidas como de costume da Idade

Média, os acordos mútuos, os quais levavam muito em consideração a palavra e a lealdade dos senhores vizinhos.

A medida exata para a delimitação da propriedade legítima não foi fixada. Nem seria mesmo possível fazê-lo. O pensamento medieval admite o direito de propriedade quando contido dentro de dois limites extremos necessariamente pouco precisos: um — o máximo — que vai até onde o interesse social começa a ser lesado; e outro — o mínimo — que começa onde surge uma ameaça para o rendimento econômico. As restrições impostas e as medidas de controle adotadas visam manter o exercício do direito de propriedade dentro desses limites. (HUGON, 1984, p.50)

O feudalismo está associado à produção da terra e à economia de subsistência, sendo assim, a produção não era reconhecida como excedente ou bens alienáveis, uma vez que tudo que fosse produzido era consumido, ou armazenado para um futuro consumo não muito tardio, pois não havia métodos eficientes para conservar os alimentos por longos períodos.

O produtor estava sujeito a rigorosos contratos de servidão, dos quais impunha a ele estar unido ao seu meio produtivo, embora alguns historiadores digam que os servos estavam possuídos pelas terras, deve-se levar em consideração que assim como o proletário precisa de máquinas para desempenhar sua função no modo-de-produção capitalista, neste cenário não é diferente, não é que eles estivessem presos a terra, mas a terra era o meio pelo qual ele produzia e reproduzia os recursos necessários para garantir a existência de todo feudo.

Foi um modo de produção regido pela terra e por uma economia natural, na qual o trabalho e nem os produtos do trabalho eram bens. O produtor imediato – o camponês – estava unido ao meio de produção – o solo – por uma específica relação social. A forma literal deste relacionamento era proporcionada pela definição legal da servidão – gleba adscripti ou ligados à terra: os servos juridicamente tinham mobilidade restrita. (ANDERSON, 1991, p.143)

Assim como em todos os modos de produção, o que define a formação das elites é a detenção dos meios-produtivos, os quais no feudalismo, são representados como a posse das terras. Ver-se-á que as terras são o meio pelo qual os camponeses produzem, logo, as terras das quais empregam sua mão-de-obra não lhe pertencem, o campo é o seu trabalho e não sua posse e, por este motivo que sua condição é a de servir ao senhor desta terra, sendo o Senhor Feudal o dono dos meios-de-produção pela qual a sociedade produz seu sustento.

A propriedade agrícola era controlada privadamente por uma classe de senhores feudais, que extraíam um excedente de produção dos camponeses através de uma relação político-legal de coação. Esta coerção extra-econômica, tomando a forma de serviços, arrendamentos em espécie ou obrigações consuetudinárias ao senhor individual ao camponês, era exercida tanto na própria terra senhorial diretamente ligada à pessoa do senhor, como nas faixas pequenas de arrendamento (ou virgates) cultivadas pelo camponês. Seu efeito foi necessariamente um amálgama de exploração econômica e autoridade política. (ANDERSON, 1991, p.143-144)

O senhor feudal como dono dos meios produtivos impôs aos servos os cuidados da terra, desde o plantio à colheita, entretanto, tudo sofria uma taxação de impostos, uma vez que

o senhor feudal colocava à disposição todos os recursos necessários para o melhor rendimento da terra, contudo, tudo deveria ser pago ao senhorio e como os servos não possuíam riqueza, parte de sua produção pessoal e/ou familiar, deveria ser convertida como pagamentos pelos variados recursos dispostos pelo senhor feudal.

A classe camponesa de quem era extraído o excedente neste sistema habita então um mundo social de direitos e poderes superpostos, e a própria pluralidade de cujas instâncias de exploração criavam interstícios latentes e discrepâncias que seriam insuportáveis num sistema jurídico e econômico mais unificado. (ANDERSON, 1991, p.145)

Os contratos e leis da sociedade feudal eram partilhados através do direito consuetudinário característico das tribos germânicas, que representava o direito de herança, de posição social, e não era representado e nem entendido como um código civil de leis escritas, mas como tradições e parte integral de sua cultura, uma vez que a sociedade fazia sua própria manutenção através das diferentes posições sociais, ou seja, cada estamento da sociedade partilhava de deveres e obrigações os quais sustentavam a sobrevivência da sociedade como um todo, portanto, eram raríssimas as resistências, pois a mentalidade partilhada era de que, a obrigação e o dever social não cumprido certamente levaria toda sociedade envolvida a sua ruína por não conseguirem sustentar-se.

O Feudalismo estrutura-se em três pilares fundamentais da ordem social, a guerra, a produção agrícola e a religião. Pode-se entender o pilar da guerra, ao associá-lo aos laços sanguíneos aos quais os germânicos detentores de armas e cavalo destacavam-se, o rei, como não poderia deslocar sozinho quantidades grandes de homens, descentralizou seu poder, regionalizando e ramificando-o. Assim um senhor feudal recebia, além de sua porção de terras, parte do poder real para usar como desejar dentro do território cedido, desde que jurassem lealdade ao rei e o apoiasse em todas as suas necessidades. (ANDERSON, 1991)

O rei, ao desmembrar seu poder e suas terras entre os chefes militares de sua confiança, gerou uma sociedade com enraizamento no *status*, pois, quanto mais próximo do rei maior suas parcelas de terras e maior o número de vassalos a sua disposição. Os que recebem as terras desmembram-nas para outros homens que não haviam recebido terras diretamente do rei, tal como ele havia recebido, por sua vez origina uma segunda geração de possuidores de direitos e de terras, que ao observarem seus domínios ainda muito extensos para uma boa administração, irá partilhar suas terras e poder com os homens de sua confiança, gerando uma terceira geração de receptores de terras e assim suscetivelmente até que os territórios fiquem pequenos e com população o suficiente para efetivar uma boa administração e ter controle

sobre um bom poderio militar. Estas relações nominavam-se suserania e vassalagem, sendo o suserano aquele que distribui suas terras para outros cavaleiros e os que recebem esta graça serão chamados de vassalos, devendo salientar que o primeiro suserano é o rei e todos estavam ligados indiretamente a ele através da relação de vassalagem.

[...] os direitos de propriedade do senhor sobre sua terra geralmente eram apenas de grau: o senhor era investido neles por um nobre (ou nobres) superior, a quem passaria a dever serviços de cavaleiro – o fornecimento de um efetivo militar em tempo de guerra. Em outras palavras, suas propriedades eram mantidas como um feudo. O senhor feudal, por seu lado, muitas vezes seria vassalo de um outro senhor feudal superior, e a cadeia de tais posses dependentes se estenderia até o cume do sistema – na maioria dos casos, um monarca – de quem a princípio toda terra, em última instância, seria o eminente domínio. (ANDERSON, 1991, p.144)

A figura do rei também tornar-se simbólica, embora ele detenha a fidelidade de todos seus vassalos, seu poder fora de seu feudo era figurativo, pois ninguém de fato o conhece, talvez pouquíssimos camponeses de outros feudos houvessem tomado contato com ele antes, o poder descentralizado assim, ganha novas proporções a ponto de muitos nem conhecerem seus próprios reis, chegando, algumas vezes, a lhes atribuírem características mitológicas.

O monarca, em outras palavras, era um suserano feudal de seus vassalos, aos quais estava ligados por laços de feudalidade, e não um soberano supremo colocado acima de seus súditos. Seus recursos econômicos provinham quase exclusivamente de seus domínios pessoais enquanto senhor, enquanto aos seus vassalos pedia contribuições de natureza essencialmente militar. Ele não teria acesso político direto à população como um todo, pois a jurisdição sobre ela seria intermediada por muitas camadas de subfeudos. Na verdade, ele só poderia ser senhor de suas propriedades, sendo, fora delas, uma simples figura decorativa. O modelo acabado de tal forma de governo, em que o poder político estava estratificado para baixo de tal maneira que seu ápice não detinha nenhuma autoridade qualitativamente separada plenipotenciária de alguma forma, jamais existiria em parte nenhuma da Europa medieval. (ANDERSON, 1991, p.147)

Ainda que a descentralização fosse perigosa e ameaçadora para a hegemonia real, a nobreza, enquanto classe pode unir-se e configurar uma nova sociedade às suas necessidades. Esta união da nobreza permitiu posteriormente que as exigências de seus privilégios fossem mantidos, permitindo assim, aos antigos cavaleiros da Alta Idade Média, privilégios estamentais que estavam organizados exclusivamente para si. Perry Anderson mostra que, não fosse à fidelidade preservada das elites germânicas, o feudalismo não teria nem se formado, visto que o *comitatus* permitiu reunir os vassalos em um sistema de colaboração mútua, já que o rei, devido à descentralização, em meio aos nobres era apenas mais um senhor feudal, não distinguindo-se em nada dos outros e sua dependência poderia colocá-lo em situações desfavoráveis, entretanto, o *comitatus* permitiu no feudalismo que o rei obtivesse seu poder ainda que simbólico, contudo, todos os respeitavam e comprometiam-se verdadeiramente a colaborar. (ANDERSON, 1991)

6. As heranças germânicas no Feudalismo

Ocasionalmente, fora possível observar heranças dos povos germanos no sistema feudal, sendo este modelo uma adaptação dos costumes “bárbaros” com as tradições dos povos que habitavam o interior daquilo que fora o Império Romano do Ocidente “Os germanos não eram inimigos para destruir e varrer a cultura romana, ao contrário: eles a preservaram e desenvolveram.” (ANDERSON, P., 1991, p.124). Logo, este modelo carrega consigo dois embriões diferentes que tiveram de adaptar-se um ao outro, resultando naquilo que ficou conhecido como proto-feudalismo.

Esse legado da cultura antiga e misturadas que os Padres da Igreja transmitiram à Idade Média e à Europa continua do século V ao VIII no contexto da fusão entre cultura antiga romana e evolução marcada pelas necessidades das populações que se tornaram bárbaras. [...] Karl Rand os chamou de fundadores da Idade Média. Também se pode chamá-los de pais culturais da Europa. (LE GOFF, 2007 p.32)

Embora não tenha existido nenhuma assembleia para definir o modo-de-produção que deveria vigorar durante este período a vontade de sobreviver e o não sentimento de pertencer àquelas terras era evidente deste período, por isso muitos homens-livres saldaram suas dívidas de artigos de subsistência por pequenas e grandes propriedades, e estes que apossaram-se destas terras formaram uma nova elite sem grandes riquezas.

[...] em cada reino germânico continuavam a se manifestar as mesmas tendências centrífugas da época romana. A formação de uma aristocracia fundiária germânica, como vimos, contribuía para tanto. Isso era reforçado ainda pela decadência da economia comercial e monetária, que levava os reis bárbaros a remunerarem seus colaboradores com a única verdadeira riqueza da época, terras. Contudo, desta forma os reis iam pouco a pouco se empobrecendo e se enfraquecendo. Falando do monarca franco da dinastia dos merovíngios, um cronista afirmava que “exceto esse inútil título de rei, [...] ele nada possuía de seu além de uma única terra de baixo rendimento, que lhe proporcionava uma habitação e um pequeno número de servidores”. (FRANCO JUNIOR, 1991, p.15)

Assim, sem deterem as condições necessárias para sustentar escravidão e, ainda devendo-se levar em consideração, que estes germânicos dotados da condição de liberdade não seriam capazes de sujeitar-se a condição de escravos, pois afinal, eles eram os conquistadores e, para além, eram descendentes ou pertencentes a uma aristocracia germânica, mesmo que empobrecida pelo processo migratório.

Na maioria das vezes aquelas áreas caíram em mãos de membros da aristocracia germânica, que nelas estabeleciam, além de escravos, homens livres de sua tribo como rendeiros ou mesmo pequenos proprietários. Contudo, com o tempo, seguindo a lógica da evolução social da época, aqueles homens livres acabavam por entrar em algum tipo de dependência. (FRANCO JUNIOR, 1991, p.14)

Foi necessário então desenvolver uma nova sociedade que evitasse os conflitos internos e ao mesmo tempo, permitisse algum prestígio social a estes homens livres, para que de maneira pacífica se sujeitassem ao domínio imposto por estes novos líderes que poderiam

assegurar a proteção das famílias que em suas terras habitassem e, embora a economia de subsistência existente nestes feudos não desenvolvesse riquezas materiais propriamente ditas, irá garantir que os senhores feudais não se ocupem com os afazeres do campo, garantindo para ele melhores condições de vida, já que toda a produção e caça desenvolvido em seus territórios a ele pertence.

Aldeias celtas dispersas deram lugar a aldeamentos nucleares, em que a propriedade individual de casas camponesas era combinada com os campos abertos do cultivo coletivo. Acima destas colônias, os chefes e senhores locais consolidaram seus poderes pessoais [...] Assim, enquanto a segunda onda de invasões produzia por toda parte uma aristocracia germânica dotada de propriedades maiores do que nunca anteriormente, ela também povoava o interior com comunidades aldeãs permanentes e torrões de pequenas propriedades camponesas [...] Ainda não podia organizar estes elementos díspares da economia rural da Idade das Trevas em um novo e coerente modo de produção. (ANDERSON, P., 1991, p.120)

Tais aspectos demonstram claramente que a descentralização do poder, resultou em uma nova concepção de liderança e servidão, diferenciando definitivamente o homem livre, do senhorio, ou seja, daquele que detém um grande número de terras. Para tanto, uma nova dinâmica social teve que ser moldada para adaptar-se ao novo modo-de-produção que se desenvolvera.

Pode assim, ser feito um paralelo das instituições sócio-políticas desenvolvidas pelos germânicos, *a posteriori* das invasões, com o Feudalismo propriamente formulado enquanto modo-de-produção. Ver-se-á que para o bispo católico Adaberon de Laon no século XI, as estruturas se comparadas entre ambos, os períodos são extremamente semelhantes, aonde faz parecer que o processo da proto-feudalização pode consolidar-se livremente após a ruína do Império Carolíngio, com a distinção, de que, no Feudalismo, assim como a aristocracia germânica, os clérigos vieram a estruturar-se enquanto camada dominante desta sociedade feudal.

O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem a todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos por sua vez têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Quem poderia reconstituir o esforço dos servos, o curso de sua vida e de seus inumeráveis trabalhos? Fornecer a todos alimento e vestimenta: eis a função do servo. Nenhum homem livre pode viver sem eles. Quando um trabalho se apresenta e é preciso encher a despensa, o rei e os bispos parecem se colocar sob a dependência de seus servos. O senhor é alimentado pelo servo que ele diz alimentar. Não há fim ao lamento e às lágrimas dos servos. A casa de Deus que parece una é portanto tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros. (ADABERON DE LAON *apud* FRANCO JUNIOR, 1991, p.34)

Assim como, no período posterior a queda de Roma, os servos tornam-se a base de toda a produção na Europa Feudal, pois tal como descrito pelo bispo Adaberon de Laon, os servos são necessários e uteis. Portanto, com as relações servis o homem supostamente continuava tão livre e importante socialmente quanto seus ancestrais germânicos. Deste modo é possível observar a primeira grande herança germânica no feudalismo, a sociedade estamental, que tem por característica uma extrema rigidez social definida pelas funções produtivas e não-produtivas, ou mesmo, definidas por status ou privilégios, portanto, a ascensão social era inexistente.

Aos nobres pertencia talvez o maior embrião dos conquistadores germânicos, a qualidade de guerreiros. Além de manterem seus privilégios e predomínios políticos, e sua hegemonia se restringisse ao poder regional, devendo, portanto, estar submisso ao seu suserano, manteve a condição fundamental que sustentou o Feudalismo, que consistia nos ideais do *comitatus*, ou seja, submissão e fidelidade total aos seus líderes, fato este, que garantia aos vassallos como prêmio por sua lealdade uma demasiada liberdade política, e ainda que esta premiação seja ilusória, já que o poder sobre seus servos não está necessariamente subordinado aos mandos de um rei, mas sim a própria imposição do senhor feudal sobre eles.

Entre os guerreiros, por sua vez, logo se estabeleceu uma hierarquia sociomilitar, ficando os aristocratas, grandes proprietários, como verdadeiros chefes regionais, os médios proprietários como comandantes locais e os pequenos proprietários como simples combatentes. Desde pelo menos o século VI os aristocratas mantinham sob sua dependência um séquito armado denominado de *antrustio*, composto de guerreiros despossuídos que lhes prestavam serviços de natureza militar em troca de alojamento, alimentação e do pagamento de um soldo. (MACEDO, 2006, p.94)

Esta característica militar que perpassa as sociedades germânicas até o final do Feudalismo foi extremamente necessária para manter os interesses e os privilégios desta elite guerreira que melhor adaptaram-se a nova dinâmica social, econômica e política proposta após a descentralização do Império Franco.

Quer o povo possua uma organização monárquica ou <republicana>, os fins fundamentais do Estado são de ordem militar e as únicas subdivisões sólidas são as do exército. O cimento da hierarquia social é uma instituição essencialmente guerreira, o companheirismo (lat. *comitatus*, al. *Gefolgschaft*), que liga aos chefes grupos ajuramentados de jovens guerreiros de uma fidelidade comprovada. (GIORDANI, 1970, p.19)

O sistema econômico adotado pela Europa Feudal tem claramente suas bases lançadas por distintos fatores. Os povos germânicos serem essencialmente agricultores e guerreiros moldara tanto o meio econômico, como social, e definiria também as estruturas sustentadoras das camadas dominantes e ao compreender que o comércio não era uma atividade fortemente

desenvolvida seja pelos germânicos, seja pelos romanos ocidentais, mostra que este enfraquecimento comercial, é mais ilusório do que propriamente real, pois como dito, a economia do Ocidente sempre baseara-se na produção agrícola, o comércio apesar de nunca ter desaparecido, também nunca enfraqueceu, pois, sua função era meramente de transferir os excessos produzidos de um lugar e trocá-los por excessos de outras regiões, desenvolvendo assim, uma atividade secundária que ilustra uma Europa estruturada comercialmente pela subsistência e pela unidade comercial continental apresentada por este sistema.

Economicamente, o Feudalismo estava centrado na produção do setor primário (agricultura), hegemônico em relação ao secundário (indústria) e ao terciário (comércio e serviços). Era claramente uma sociedade agrícola pelo fato de essa atividade envolver a grande maioria da população e por quase todos, direta ou indiretamente, viverem em função dela. Mais ainda, o próprio comportamento dos indivíduos e os valores socialmente aceitos estavam intimamente ligados a esse caráter agrícola. De qualquer forma, isso não significa que outras atividades econômicas não fossem praticadas e não tivessem mesmo um peso considerável. (FRANCO JUNIOR, 1991, p.29-30)

Assim, ao propor que houve um retrocesso imenso no comércio europeu, não leva-se em consideração os modos-de-produção adotados por ambos os povos¹⁰, fato é que, o Ocidente nunca fora uma potência comercial tal como diversos historiadores fazem pensar, mas ao contrário, a principal característica do Império Romano que acaba-se perdendo compreende muito mais a logística de transporte de cargas de um lugar para o outro, do que uma perda sobre as relações econômicas que desenvolviam-se nestas regiões.

Pensar que o Ocidente morre como potência econômica no Feudalismo, significa estar de acordo com as ideias renascentistas de uma "Idade das Trevas". Pode-se claramente entender que este paralelo entre Idade Média e enfraquecimento comercial, está ligado intrinsecamente aos interesses de uma burguesia que deseja se afirmar enquanto classe social, distinta dos servos e dos estratos sociais inferiores economicamente, sendo assim, ela tenta mostrar que como a nobreza de sangue, ela também tem um passado glorioso, que a burguesia também tem uma importante tradição que remonta a Antiguidade Clássica, fato que, torna este período tão interessante e tão estudado por muitos renascentistas, sendo assim, o que muitos querem, na verdade, é simplesmente mostrar que são descendentes diretos dos romanos e, portanto, devem ser tão respeitados como uma nobreza que se impõe pela questão sanguínea, impedindo deste modo a ascensão destas classes que desejam ser reconhecidas pelo desenvolvimento que levam para o Ocidente, bem como, pela competência econômica que elas detêm.

¹⁰ Germânicos e romanos.

Deste modo, pode-se entender o Feudalismo como sendo uma sociedade germânica cristianizada, que embora detenha algumas particularidades, devido entre outras coisas, aos romanos terem exercido algumas influências sobre as sociedades que dominaram. Assim entendendo que, parte das composições do feudalismo surge deste choque civilizacional entre romanos e “bárbaros”. Portanto, ao pensar nas “invasões” não se deve apenas limitar o raciocínio nas constantes batalhas, sendo os germanos vitoriosos ou não, mas ir além e, refletir sobre um imenso choque cultural sofrido por ambos.

7. Conclusão

Os povos germânicos moldaram definitivamente a sociedade europeia, fazendo surgir das ruínas do Império Romano, um período conhecido como proto-feudalismo, onde os choques culturais, as necessidades e as possibilidades de interações sociais estabeleceram, neste momento histórico, os princípios responsáveis pela constituição definitiva do modo-de-produção feudal, posterior ao desmantelamento do Império Carolíngio.

Os povos germânicos deixaram importantes marcas e heranças nas estruturas do Feudalismo, que nos leva a elucidar de ser esta, uma sociedade germânica cristianizada. Portanto, é possível afirmar que os povos germânicos mantiveram surpreendentemente suas estruturas sócio-políticas quase inabaladas por um longo período, podendo talvez, ter ido ainda muito além do Feudalismo e apresentando, talvez, suas cicatrizes ao Antigo Regime.

O caráter metodológico-científico fora desenvolvida através de uma abordagem de História comparada, com as perspectivas e estruturas temporais de Ferdinand Braudel, que observa a História enquanto cíclica e espiralada, isto é, enquanto houver uma estrutura comum às conjunturas e eventos condicionados a ela, tenderam a ter resultados semelhantes, embora nunca iguais, visto às complexidades que envolvem tais relações sociais.

Portanto, seguindo este mesmo princípio, ao identificar uma continuidade de alguns aspectos germânicos no Feudalismo, - sociedade bélica ligada por laços fraternais e de lealdade - buscou-se entender quais eram e em que medida estas heranças manifestam-se após alguns séculos. Edificando uma sociedade com aspectos da longa duração, isto é, de instituições, relações sociais e culturais que sobrepuseram às temporalidades envolvidas, tecendo uma tênue linha que separa esta pesquisa das perspectivas de Micro-História.

Entretanto, para isto, fora necessário discutir conceitos historiográficos desenvolvidos no século XIX, pois identificou-se uma problemática não apenas nas diversas decorrências e

desencadeamentos temporais associados aos eventos, mas também em perspectivas ideológicas que sobrepujavam as realidades vividas pelos povos germânicos.

Portanto, um estudo da Alta Idade Média não deve ser jamais desvinculado e analisado sem referir-se as tais perspectivas historiográficas que a desenvolveram, pois, talvez a maior tolice neste campo historiográfico seja a ingenuidade.

Devendo assim, o historiador entender as motivações e compreender as disposições das sociedades em prol de um discurso ou de uma perspectiva histórica, motivada não apenas por políticos, mas também pela própria academia, que deve ser entendida enquanto condicionada e limitada por seu tempo histórico e pelos interesses daqueles que a fazem, sejam elas desenvolvidas nos trópicos ou fora deles.

É de extrema importância referir que embora esta monografia tenha focado a crítica historiográfica ao Engels, por questões de exigências e limitação temporal, é evidente que, este autor deve ser identificado como homem de seu tempo, e entender que o mesmo seguiu ou foi seguido por uma vasta gama de historiadores e etnógrafos nacionalistas, aos quais surgiram aos montes nas universidades, principalmente europeias.

Pois, como Patrick Geary em “O mito das nações” afirma a produção intelectual acerca dos povos germânicos foram desenvolvidas no século XIX, e que veio colaborar para a consolidação e estruturação dos Estados-nações por meio de um nacionalismo anacrônico e pernicioso, que necessita ainda de grande revisão. Portanto, afirmo que a trajetória aqui desenvolvida fora apenas uma singela arranhada no topo de um dos icebergs que começam a surgir no horizonte.

8. Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Santo. *O "De excídio Vrbis" e outros sermões sobre a queda de Roma*. 3ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1985.

- BANNIARD, Michel. **A Alta Idade Média Ocidental**. Portugal: Publicações Europa-América, 1980.
- CARVALHO, Delgado de. **História Geral: Idade Média**. Rio de Janeiro: INEP. 1959, v.2 t.1.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. **O Feudalismo**. 10ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GEARY, Patrick. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- GIORDANI, Mário Curtis. **História dos Reinos Bárbaros: acontecimentos políticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- GUERRAS, Maria Sonsoles. **Os Povos Bárbaros**. São Paulo: Ática, 1987.
- HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14ed. São Paulo: Atlas, 1984.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Bauru: Edusc, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- MACEDO, José Rivair. "Conquistas bárbaras". In: MAGNOLI, Demétrio (org). *História das guerras*. 3ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ed. Lisboa: Avante!, 1997.
- MELLO, José Roberto. **O Império de Carlos Magno**. São Paulo: Ática, 1990.
- ROTHBARD, Murray Newton. **A anatomia do Estado**. [S.l.]: Mises Brasil, 2009. PDF
- SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.